

LIGA DE ENSINO DO RIO GRANDE DO NORTE
FACULDADE NATALENSE PARA O DESENVOLVIMENTO
DO RIO GRANDE DO NORTE
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS

IDENTIFICAR A PERCEPÇÃO DOS PROFESSORES DA LIGA DE ENSINO DO RIO GRANDE DO NORTE, COM RELAÇÃO AOS PLANOS DE PREVIDÊNCIA PRIVADA - PGBL, COMO FORMA DE COMPLEMENTAÇÃO A PREVIDÊNCIA PÚBLICA.

Auzenete Régia Araújo da Costa

NATAL/RN

2004

AUZENETE RÉGIA ARAÚJO DA COSTA

**IDENTIFICAR A PERCEPÇÃO DOS PROFESSORES DA LIGA DE ENSINO DO
RIO GRANDE DO NORTE, COM RELAÇÃO AOS PLANOS DE PREVIDÊNCIA
PRIVADA - PGBL, COMO FORMA DE COMPLEMENTAÇÃO A PREVIDÊNCIA
PÚBLICA**

Monografia apresentada ao curso de
Graduação em Administração de
Empresas da Faculdade Natalense para o
Desenvolvimento do Rio Grande do Norte
como requisito parcial para a obtenção do
título de Bacharel em Administração.

Orientador:

Carlos Eduardo Marinho Diniz. M.Sc.

Natal/RN

2004

Catálogo na Publicação – Biblioteca da FARN
Setor de Processos Técnicos

Costa, Auzenete Régia Araújo da Costa

Identificar a percepção dos professores da Liga de Ensino do Rio Grande do Norte, com relação aos planos de previdência privada – PGBL, como forma de complementação a previdência pública/Auzenete Régia Araújo da Costa. – Natal: FARN,2004.
55p.

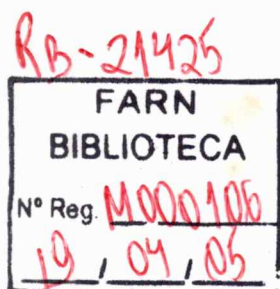
Orientador: Carlos Eduardo Marinho Diniz (M.Sc)

Monografia (Graduação em Administração) – Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte.

1. Previdência Privada – Monografia 2. Plano Gerador de Benefícios Livres – Monografia I.
Título

RN/FARN/BC

CDU 368.9



M
368.9
C07i
2004
E9701

**LIGA DE ENSINO DO RIO GRANDE DO NORTE
FACULDADE NATALENSE PARA O DESENVOLVIMENTO
DO RIO GRANDE DO NORTE
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS**

**IDENTIFICAR A PERCEPÇÃO DOS PROFESSORES DA LIGA DE ENSINO DO
RIO GRANDE DO NORTE, COM RELAÇÃO AOS PLANOS DE PREVIDÊNCIA
PRIVADA - PGBL, COMO FORMA DE COMPLEMENTAÇÃO A PREVIDÊNCIA
PÚBLICA**

Auzenete Régia Araújo da Costa

Monografia apresentada e aprovada em 29 de novembro de 2004, pela banca
examinadora composta pelos seguintes membros:

Carlos Eduardo Marinho Diniz. M.Sc.
Orientador
Presidente da Banca

Rosa Cavalcante da Costa
Membro Examinador 1

Aluizio Alberto Dantas
Membro Examinador 2

Natal, ____ de _____ de 2004.

Aos meus pais, pelo meu caráter, pela
minha formação, pela pessoa que sou.
Ao meu esposo, pelo apoio e incentivo
que recebi em todos os momentos que
pensei em desistir.



AGRADECIMENTOS

Este trabalho foi construído com o apoio de várias pessoas. Quero agradecer a todos, esperando ter atingido às expectativas e os fins pretendidos.

Agradeço a todos os professores que me estimularam nos meus desafios profissionais e acadêmicos, em especial ao Mestre e Orientador Prof. Carlos Eduardo Marinho Diniz, que soube perceber os erros e acertos deste trabalho, pela paciência e por ter acreditado em mim.

Aos amigos em especial que fiz nesta jornada, Ana Karla de Souza, Eduardo Cysneiros, Fábio Cysneiros e Francileide Nobre.

A Amarilis e Aderbal, meus irmãos, pelas orientações, pela ajuda na elaboração dos gráficos e por estarem sempre presentes.

À Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte, particularmente nas pessoas de seus Diretores, Professores e Funcionários, pela presteza e suporte que me ofereceram para a realização e conclusão desta oportunidade produtiva e valorosa que é a produção de conhecimento.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO E COLOCAÇÃO DO PROBLEMA	14
1.2 CARACTERIZAÇÃO	16
1.3 OBJETIVOS	17
1.3.1 Objetivo Geral	17
1.3.2 Objetivos Específicos	17
1.4 JUSTIFICATIVA	17
2 REFERENCIAL TEÓRICO	19
2.1 INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS E MERCADOS: DEFINIÇÕES	19
2.1.1 Mercado financeiro: monetário e de capitais	19
2.1.2 Produtos financeiros	20
2.1.3 Mercado de ações	21
2.2 POLITICA MONETÁRIA E FISCAL	21
2.3 RISCO E RETORNO	22
2.4 INVESTIMENTO E CAPITALIZAÇÃO	23
2.4.1 O valor do dinheiro no tempo	23
2.5 PREVIDÊNCIA PÚBLICA E PRIVADA	24
2.5.1 Previdência Social	24
2.5.1.1 Principais características	24
2.5.2 Previdência Privada	25
2.5.2.1 Entidades de previdência privada	25
2.5.2.2 Regimes financeiros	26
2.5.2.3 Produtos da previdência privada	26
3 METODOLOGIA	32
3.1 TIPOS DE PESQUISA	32
3.2 UNIVERSO E AMOSTRA	32
3.3 COLETA DE DADOS	32
3.4 TRATAMENTO DOS DADOS	32
4 ANÁLISE	33
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES	53
REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS	55
ANEXOS	

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01. Dados das carteiras de Planos de Previdência Privada 16

FIGURA 02. Relacionamento entre risco e retornos esperados 22

LISTA DE SIGLAS

PPP – Plano de Previdência Privada

PPA – Plano de Previdência Privada Aberta

PPF – Plano de Previdência Privada Fechada

PGBL – Plano Gerador de Benefícios Livres

VGBL – Vida Gerador de Benefícios Livres

FAPI – Fundo de Aposentadoria Programada Individual

PLAN – Plano Tradicional

FUNENSEG – Fundação Nacional de Seguros

ANAPP – Associação Nacional da Previdência Privada

CDB – Certificado de Depósito Bancário

RDB – Recibo de Depósito Bancário

IOF – Imposto Sobre Operações Financeiras

IR – Imposto de Renda

FIF – Fundo de investimento Financeiro

IGP-M – Índice Geral de Preços ao Mercado

SCI – Sociedades de Crédito Imobiliário

SUSEP – Superintendência de Seguros Privados

FARN – Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte

HC – Henrique Castriciano

ED – Escola Doméstica

LISTA DE TABELAS

TABELA 01 – Instituições de Ensino.....	33
TABELA 02 – Sexo dos Entrevistados	34
TABELA 03 – Idade dos Entrevistados	35
TABELA 04 – Estado Civil dos Entrevistados	36
TABELA 05 – Moradia dos Entrevistados	37
TABELA 06 – Você tem Plano de.....	38
TABELA 07 – Fatores relevantes para que você adquira um Plano	39
TABELA 08 – Tempo de contribuição previdenciária pública em anos.....	40
TABELA 09 – Regime previdenciário que você detém para o futuro	41
TABELA 10 – Recebe aposentadoria.....	42
TABELA 11 – A importância de manter o padrão de vida.....	43
TABELA 12 – Como pretende manter o padrão de vida	44
TABELA 13 – Necessidade de uma complementação previdenciária.....	45
TABELA 14 – Conhecimento sobre algum Plano.....	46
TABELA 15 – Situação econômica do país interfere na hora de	47
TABELA 16 – Carteira de PGBL identificada com o perfil	48
TABELA 17 – Influência da instituição gestora do Plano de	49
TABELA 18 – Investimento mensal na aquisição de um Plano de.....	50
TABELA 19 – Tempo que exerce o magistério	51
TABELA 20 – Nível de renda atual/total.....	52

LISTA DE GRÁFICOS

GRAFICO 01 – Instituições de Ensino	33
GRAFICO 02 – Sexo dos Entrevistados.....	34
GRAFICO 03 – Idade dos Entrevistados.....	35
GRAFICO 04 – Estado Civil dos Entrevistados.....	36
GRAFICO 05 – Moradia dos Entrevistados.....	37
GRAFICO 06 – Você tem Plano de.....	38
GRAFICO 07 – Fatores relevantes para que você adquira um Plano.....	39
GRAFICO 08 – Tempo de contribuição previdenciária pública em anos	40
GRAFICO 09 – Regime previdenciário que você detém para o futuro.....	41
GRAFICO 10 – Recebe aposentadoria.....	42
GRAFICO 12 – Como pretende manter o padrão de vida.....	44
GRAFICO 13 – Necessidade de uma complementação previdenciária.....	45
GRAFICO 14 – Conhecimento sobre algum Plano	46
GRAFICO 15 – Situação econômica do país interfere na hora de.....	47
GRAFICO 16 – Carteira de PGBL identificada com o perfil	48
GRAFICO 17 – Influência da instituição gestora do Plano de.....	49
GRAFICO 18 – Investimento mensal na aquisição de um Plano de	50
GRAFICO 19 – Tempo que exerce o magistério.....	51
GRAFICO 20 – Nível de renda atual/total	52

LISTA DE ANEXOS

ANEXO A – Questionário estruturado para os professores	58
ANEXO B – Sexo x Regime Previdenciário Detido	60
ANEXO C – Sexo x Manutenção do Padrão de Vida.....	60
ANEXO D – Idade x Regime Previdenciário Detido	60
ANEXO E – Tempo de Magistério x Regime Previdenciário Detido.....	61
ANEXO F – Tempo de Magistério x Manutenção do Padrão de Vida.....	61
ANEXO G – Tempo de Contribuição x Regime Previdenciário Detido.....	61
ANEXO H – Nível de Renda – Magistério x Regime Previdenciário Detido	62
ANEXO I – Nível de Renda – Magistério x Manutenção do Padrão de.....	62
ANEXO J – Tempo de Magistério x Investimento mensal na aquisição.....	62
ANEXO L – Nível de Renda atual x Investimento mensal na aquisição.....	63

RESUMO

O presente trabalho refere-se a uma pesquisa realizada na Liga de Ensino do Rio Grande do Norte, sobre a percepção que os professores, da referida instituição, têm em relação aos Planos de Previdência Privada, com uma abordagem sobre o Plano Gerador de Benefícios Livres – PGBL, e estimulando os entrevistados no sentido de optarem por uma carteira do PGBL adequada ao perfil dos mesmos. Após contextualizar o problema, partiu-se para a caracterização da Previdência Privada, que surgiu em decorrência da falência do sistema previdenciário público para suprir a incapacidade que a previdência social tem em cumprir totalmente a função social que lhes é determinada. Para alcançar o objetivo proposto, analisou-se o perfil dos entrevistados com relação ao tempo de magistério e de contribuição na previdência pública, como também se os mesmos já adquiriram uma previdência privada complementar e quais os fatores relevantes para tal aquisição. A fundamentação das descrições e das análises derivou-se da realização de pesquisas bibliográficas, na sua grande maioria via internet e visitas a instituições gestoras. No referencial teórico foram abordados mercados e instituições financeiras, previdência pública e privada e os produtos da previdência privada com destaque para o Plano Gerador de Benefícios Livres – PGBL. A pesquisa foi de caráter descritivo gerando dados qualitativos e quantitativos, baseada na análise de questionário semi-estruturado. Na análise dos dados concluiu-se a falta de conhecimento sobre o assunto por parte dos entrevistados, apesar de acharem necessária uma complementação previdenciária para manter o padrão de vida durante a aposentadoria.

Palavras-chaves: Previdência; PGBL; Investimento; Aposentadoria.

ABSTRACT

The present work it refers to a research held in Liga de Ensino do Rio Grande do Norte, about the perception that the teachers, of the referred institution, they have regarding Plano's de Social Service Private, with a boarding about the Free Benefits Flat Generator – PGBL, and stimulating the interviewees in the sense of opt for a PGBL's adequate wallet to the profile of the same. After contextualizing the problem, it departed for the characterization of Social Service Private, that arose due to the social welfare system public failure to supply the inability that Social welfare has in accomplish totally the social function that is them determined. To reach the proposed goal, it analyzed the interviewees profile with regard to time of mastership and of contribution in Social Service public, as well as if the same already acquired a Social Service complementary closet and which ones the important factors for such acquisition. Fundamentation of the descriptions and of analyses it derived of the bibliographical researches accomplishment, in your big majority way internet and visits the institutions managers. In referential theoretical were going boarded markets and financial institutions, Social Service public and closet and Social Service's products closet with highlight for the Free Benefits Flat Generator – PGBL. The research belonged to descriptive character generating qualitative and quantitative data, based in the questionnaire semi-structured analysis. In the data analysis it concluded the knowledge lack on the subject by the interviewees, although they find necessary a social welfare complementation to keep the standard of living during the retirement.

Key-Words: Social Service; PGBL; Investment; Retirement.

1 INTRODUÇÃO

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO E COLOCAÇÃO DO PROBLEMA

A Seguridade Social corresponde a um conjunto integrado de ações contendo saúde, assistência e previdência social.

No Brasil o sistema previdenciário teve seu ponto inicial através da Lei Eloy Chaves nº. 4.682 de 24/01/1923, a unificação da legislação previdenciária tem início com a Lei nº. 3807/60, elastecendo o rol dos benefícios sociais (auxílio-reclusão, auxílio-funeral, auxílio-natalidade). Logo após declinou-se para a Unificação dos Institutos, o que se efetivou com o Decreto nº. 72 de 1966.

A legislação previdenciária brasileira, finalmente adquiriu seus próprios conteúdos com o advento da Constituição de 5/10/1988.

O Brasil, como tantos outros países, vive uma verdadeira corrida contra a própria realidade e o tempo para equacionar o problema da previdência oficial. A crise, já anunciada desde o final dos anos 70, atinge níveis críticos e reverter este quadro tem sido o principal objetivo do governo. A reforma da previdência, tão debatida no Congresso Nacional, e em diversas áreas da sociedade, não deu o resultado satisfatório que grande parte da população brasileira esperava.

Um dos pontos apontados como impulsionador da insatisfação com a reforma relaciona-se com o corporativismo de algumas categorias, como o judiciário, que através de seu poder, contribuiu para privilegiar pequenos setores em detrimento da grande parte da população.

A previdência social organizada sob a forma de regime geral de caráter contributivo e de filiação obrigatória, não tem permitido aos seus beneficiários ao cessar a atividade laboral de suas famílias, dispor da mesma renda. O fim da atividade laboral, dessa forma, vem se constituindo numa angustiante perspectiva, haja vista a intranquilidade que vive grande parte da população de terceira idade, principal alvo do problema. Quanto maior é o rendimento durante sua vida profissional, maior será a queda. Esse risco que vive o trabalhador brasileiro é gerador de intranquilidade, de incertezas e decepção por uma vida de contribuição. Um dos grandes pontos problemáticos, responsáveis pela falência do modelo previdenciário brasileiro tem sido o tamanho da previdência pública, que com os

atuais tetos rebaixados impulsionam a procura pelos planos de previdência privada. Dentre muitos fatores que têm contribuído para a falência da previdência social podemos enumerar a baixa taxa de contribuição, que tem se agravado com o aumento da informalidade e o desemprego, assim como também os problemas morais relacionados às fraudes cometidas contra a previdência em várias administrações ao longo dos anos.

A Previdência Privada com seu sentido complementar de repor a diferença entre a atividade e a inatividade, no momento em que se encontra o quadro do frágil modelo previdenciário público, também proporciona a possibilidade de se alcançar a necessária tranquilidade financeira na aposentadoria. Dentre os tipos de planos existentes há os que são de caráter fechado, oferecidos pelas empresas aos trabalhadores e os de caráter aberto podendo ser contratado por qualquer cidadão.

As receitas têm mostrado um crescimento expressivo da Previdência Privada no Brasil. A sua representatividade em relação ao PIB está em torno de R\$ 50 bilhões, ou 4% do PIB, isso para a Previdência Aberta. Os fundos fechado têm R\$ 250 bilhões, algo em torno de 10%, 12% do PIB. Sendo mantido esse ritmo o mercado tende a crescer ainda mais, mas para tanto, depende de melhorar a distribuição de renda, a economia crescer e gerar mais emprego.

O Plano Gerador de Benefícios Livres – PGBL, regulamentado em 1997 pelo Conselho Monetário Nacional que é oferecido por bancos, seguradoras e empresas de previdência privada surge como uma alternativa complementar ao da previdência social que é de caráter público e obrigatório.

Diante disso a questão que se coloca é: Identificar a percepção dos professores da Liga de Ensino do Rio Grande do Norte, com relação aos Planos de Previdência Privada – PGBL, como forma de complementação a previdência pública.

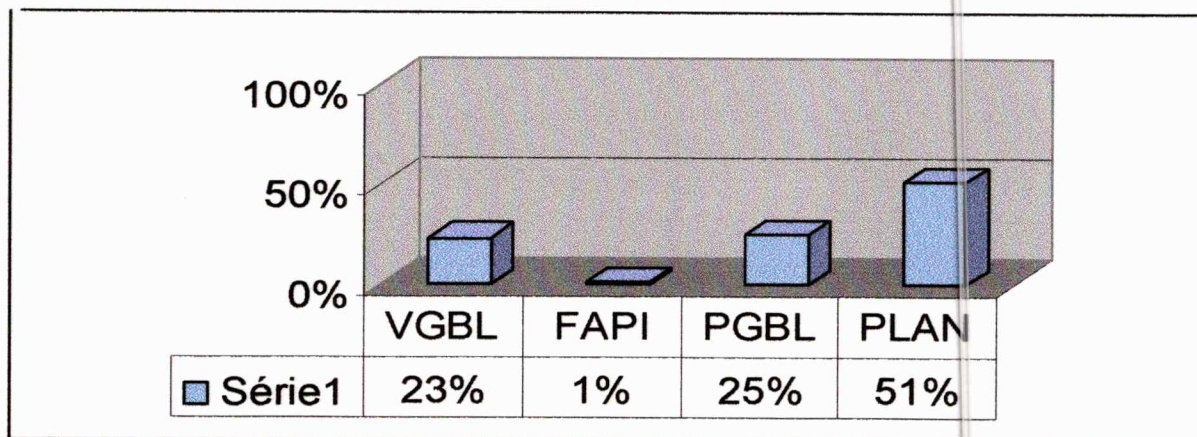
1.2 CARACTERIZAÇÃO

Atualmente os índices sobre o crescimento dos Planos de Previdência Privada – PPP vêm mostrando através de resultados claros a opção por este tipo de investimento por uma parcela considerável da sociedade. Os dados apresentados em relação ao crescimento do Plano Gerador de Benefícios Livres - PGBL demonstram a preferência desses cidadãos que se preocupam com o futuro. Segundo dados da Fundação Nacional de Seguros - FUNENSEG, só no segundo trimestre de 2003, mais de R\$ 40 milhões entraram nesse mercado.

Informações obtidas da Pesquisa Mensal de Dados elaborados pela Associação Nacional da Previdência Privada – ANAPP (2004) confirmam que as “Receitas de Planos Previdenciários atingiram R\$ 5,736 bilhões, com crescimento de 37,09% sobre o mesmo período de 2003, quando foram comercializados R\$ 4,183 bilhões”. Este levantamento demonstra que do total de R\$ 5,736 bilhões investidos em previdência privada, 25% pertencem ao PGBL.

Segundo a ANAPP (2004) a “Carteira de Investimentos do PGBL registra a marca de R\$ 13,3 bilhões, com crescimento de 54,5% sobre os R\$ 8,6 bilhões de abril do ano passado”. Esses dados mostram também que os Planos Tradicionais apresentaram queda de 22,5%, com faturamento de R\$ 1,213 bilhão no quadrimestre. A ANAPP registra um total de Investimentos de “R\$ 27,497 bilhões, com crescimento de 16,2% em relação a abril de 2003”.

Figura 1 Dados das carteiras de planos de previdência privada



Fonte: ANAPP, 2004

1.3 OBJETIVOS

1.3.1 Objetivo Geral

Identificar a percepção dos professores da Liga de Ensino do Rio Grande do Norte, com relação aos Planos de Previdência Privada – PGBL, como forma de complementação a previdência Social.

1.3.2 Objetivos Específicos

- Identificar o perfil dos professores da Liga de Ensino do Rio Grande do Norte.
- Avaliar a carteira do PGBL que mais se identifica com os entrevistados.
- Analisar o nível de conhecimento sobre os Planos de Previdência Privada.
- Analisar o regime previdenciário que os entrevistados detêm para o futuro.

1.4 JUSTIFICATIVA

A previdência social no Brasil apresenta um quadro em que nenhum dos seus princípios foi cumprido, ou seja, tanto do ponto de vista institucional quanto financeiro, a unicidade não foi implementada.

Com o objetivo de analisar a segurança de investir em um plano de previdência privada como alternativa para substituir o vácuo deixado pela previdência oficial, e com a finalidade de apresentar aos empregados os benefícios gerados tanto para o contribuinte, como para a organização, se faz necessário um estudo detalhado sobre os benefícios proporcionados pelo PGBL (Plano Gerador de Benefícios Livres).

Além de identificar alguns dos problemas existentes na previdência oficial, esse estudo também servirá de instrumento para o contribuinte ter a possibilidade de escolher o plano que melhor possa se adequar a sua situação financeira e até a escolha da melhor forma de aplicação, possibilitando assim a melhoria de sua qualidade de vida ao cessar a atividade laboral, enfim gozar de uma tranquilidade na aposentadoria.

Por se tratar de um assunto contemporâneo, que envolve pessoas, empresas e governo, é importante que esse estudo seja bem discutido, tendo em

vista que envolve decisões importantes no campo político, administrativo e orçamentário, obtendo-se assim índices compatíveis com o objetivo colimado.

A escolha deste tema tem importância fundamental, no momento em que se vive profundas mudanças na sociedade brasileira, que nos faz repensar, dentre outras organizações, o complexo sistema previdenciário brasileiro e os problemas que vêm se acumulando ano após ano gerando insatisfação na sociedade e mostrar como alternativa viável a Previdência Privada dentro de um contexto geral.

Este trabalho visa dentre outros objetivos, contribuir de forma significativa para que os professores da Liga de Ensino do Rio Grande do Norte tenham a opção de escolher a melhor alternativa dentre os planos de previdência privada, ou seja, identificar o que melhor se assemelha ao seu perfil.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS E MERCADOS: DEFINIÇÕES

De acordo com Gitman (1997, p.30), as instituições financeiras são importantes elementos do ambiente operacional de uma empresa, sendo os intermediários que canalizam a poupança de indivíduos, empresas e governos para empréstimos ou investimentos.

As principais instituições financeiras na economia são os bancos comerciais, de poupança, associações de poupança e empréstimos, cooperativas de crédito, companhias de seguros, fundos de pensão e mútuos.

2.1.1 Mercado Financeiro: Monetário e de Capitais

Mercado Financeiro é o mercado voltado para a transferência de recursos entre os agentes econômicos, onde são processadas as operações financeiras e o fluxo de recursos, permitindo a elevação das taxas de poupança e investimento, tal qual (FUNENSEG, 2003).

O Mercado Financeiro dividi-se em: monetário que são as transações com instrumento de dívida de curto prazo ou com valores mobiliários negociáveis, originando-se do relacionamento financeiro entre fornecedores e tomadores de fundos de curto prazo, e o mercado de capitais onde são negociados os títulos de longo prazo, assumindo um papel relevante no processo de desenvolvimento econômico, constituindo uma relação financeira criada por instituições e condições que permitem aos fornecedores e aos tomadores de fundos de longo prazo realizar transações (GITMAN, 1997).

O mercado monetário existe porque empresas, governos, pessoas e instituições financeiras possuem fundos ociosos, desejando aplicar em algum ativo líquido ou de curto prazo, rendendo, assim, juros através de produtos financeiros.

2.1.2 Produtos financeiros

São os produtos criados pelos bancos ou seguradoras e colocados à disposição dos clientes. Esses produtos estão ligados à captação de recursos para a instituição financeira.

Os principais produtos negociados de acordo com (TAVARES; MONTEIRO; HADDAD, [2002], p. 26-27).

- CDB (Certificado de Depósito Bancário) – são os depósitos a prazo;
- RDB (Recibo de Depósito Bancário) – são os depósitos a prazo;
- Letras de Câmbio – Instrumento de captação das sociedades de crédito, financiamento e investimento;
- Caderneta de Poupança – produto exclusivo das Sociedades de Crédito Imobiliário – SCI, das carteiras imobiliárias dos bancos múltiplos, das associações de poupança e empréstimo e das caixas econômicas;
- Títulos de Capitalização – é um investimento que conjuga um jogo aplicação de renda fixa, sendo lançado por uma sociedade de capitalização;
- Planos de Seguro – associação de pessoas físicas e jurídicas para suportar de forma coletiva suas perdas individuais;
- Planos de Aposentadoria e Pensão Privados (Previdência Privada Aberta) – instituição de planos privados de pecúlios ou de rendas com benefícios complementares ou assemelhados ao da previdência social.
- Fundos de Investimento – são constituídos na forma de condomínio aberto, representando a reunião de recursos de poupança;
- Fundo de Aposentadoria Programada Individual (FAPI) – tem como objetivo constituir um plano de complementação da aposentadoria básica da Previdência Social;
- Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL) – similar ao FAPI, pois existem três modalidades distintas de investimentos, com composição da carteira e com riscos distintos, o que não acontece no FAPI.

2.1.3 Mercado de ações

Ações são títulos negociáveis que representam uma parcela mínima do capital de uma empresa, que conferem ao seu possuidor o direito de participação no resultado da empresa.

O mercado de ações pode ser dividido em primário e secundário, pois é nele que o preço das ações das empresas é estabelecido, o que vai de acordo com o conceito da FUNENSEG (2003, p.36).

O primário é o mercado onde as empresas levantam novos capitais, e o secundário é o que os títulos existentes e a pagar são transacionados entre os investidores.

Segundo Weston; Brigham (2000, p. 102),

O mercado secundário mais ativo e o mais importante para os administradores financeiros é o mercado de ações. É nele que o preço das ações das empresas são estabelecidos, já que o objetivo das finanças administrativas é maximizar os preços das ações.

As ações podem ser ordinárias, as quais proporcionam participação nos resultados da empresa e conferem ao acionista o direito de voto em assembleias gerais, ou preferenciais, que garantem ao acionista a prioridade no recebimento de dividendos.

2.2 POLITICA MONETÁRIA E FISCAL

A política monetária tem ênfase na atuação sobre os meios de pagamentos, títulos públicos e taxa de juros, com o propósito de controlar a liquidez global do sistema econômico, para cada momento. É geralmente executada pelo Banco Central de cada país, o qual possui poderes e competências para controlar a quantidade de moeda na economia.

Assaf Neto (2001, p.43), diz que política monetária “é *expansionista*”, pois eleva a liquidez da economia, introduzindo maior volume de recursos nos mercados e elevando em consequência os meios de pagamento, e a política fiscal compreendida como receitas e despesas do governo tem forte impacto sobre a política monetária (FORTUNA, 2002).

O governo brasileiro discute sempre, através de diversos setores, as reformas necessárias no sentido de aumentar a receita, diminuir as despesas e consolidar uma política monetária que ofereça taxas de juros menores que as praticadas.

Uma das reformas tão discutidas, como a da previdência, não alcançou o objetivo inicial de reduzir os custos e aumentar a receita, gerando conseqüentemente uma grande insatisfação na sociedade.

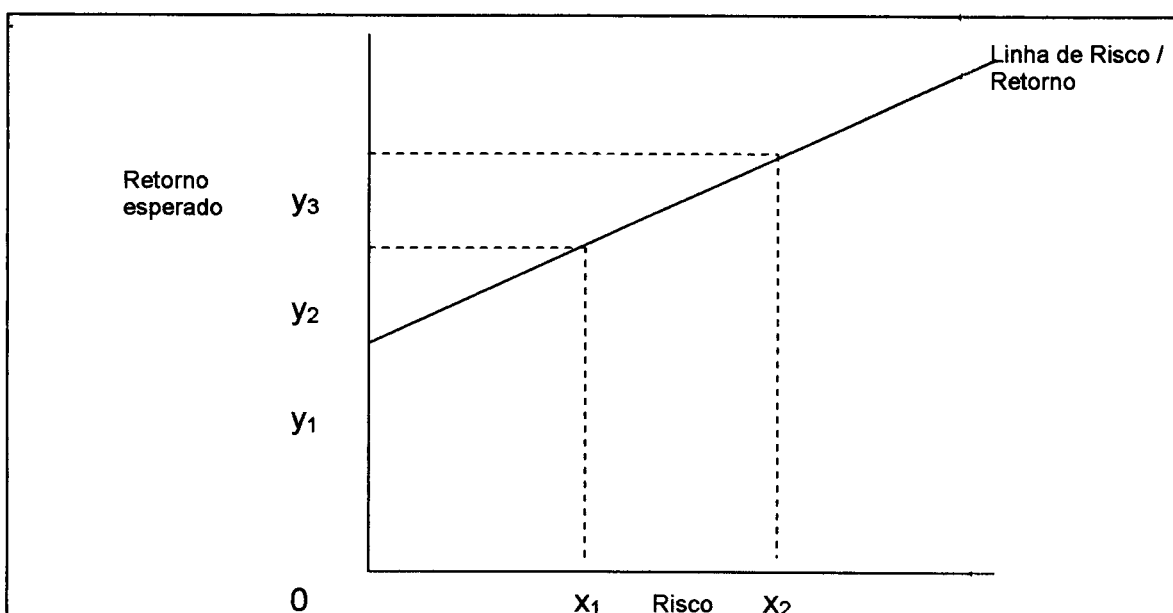
2.3 RISCO E RETORNO

De acordo com Gitman (1997, p. 202), risco “pode ser definido como a possibilidade de prejuízo financeiro”, aparecendo intuitivamente devido a percepção de uma incerteza futura, implicando na existência de mais um resultado possível para uma ação. E ainda, conforme o mesmo autor, o retorno de um investimento “é medido com o total de ganhos ou prejuízos dos proprietários decorrentes de um certo investimento em um determinado tempo”.

Segundo Gropelli; Nikbakht (2001, p.67)

Risco e retorno são a base sobre a qual são tomadas decisões racionais e inteligentes de investimentos, sendo risco uma medida da incerteza dos retornos, e o retorno as receitas esperadas ou fluxos de caixa antecipados de qualquer investimento.

FIGURA 2 Relacionamento entre risco e retornos esperados



Fonte: Gropelli; Nikbakht (2001, p. 68)

2.4 INVESTIMENTO E CAPITALIZAÇÃO

Investimento é sinônimo de geração de riqueza, é alternativa para aumentar a capacidade produtiva do país, gerando riquezas futuras, este pode ser feito em bens de capital e em estoques.

Segundo Assaf Neto (2001, p.27)

Adquirir ações em Bolsas de Valores, por exemplo, não pode ser interpretado como investimento dentro do conceito econômico. Por se tratar de mercado secundário, a compra de ações envolve uma simples transferência de posse dos valores, sem agregar riqueza à economia. Se a compra ocorrer, no entanto, quando do lançamento das ações (mercado primário), admite-se uma criação de riqueza motivada pela canalização direta do capital investido na empresa, e é considerada como investimento no sentido da economia.

Do ponto de vista das finanças, CAPITALIZAÇÃO é o processo de aplicação de uma importância a uma determinada taxa de juros e de seu crescimento por força da incorporação desses mesmos juros à quantia inicialmente aplicada. No sentido particular do termo, CAPITALIZAÇÃO é uma combinação de economia programada e sorteio, sendo que o conceito financeiro acima exposto aplica-se apenas ao componente "economia programada", cabendo ao componente lotérico o papel de poder antecipar, a qualquer tempo, o recebimento da quantia que se pretende economizar ou de um múltiplo dela de conformidade com o plano. Para a venda de um título de Capitalização é necessária uma série de formalidades que visam a garantia do consumidor. A Sociedade de Capitalização deve submeter o seu plano ao órgão fiscalizador do Sistema Nacional de Capitalização – SUSEP. (CUNTI, 2004)

2.4.1 O valor do dinheiro no tempo

O valor do dinheiro no tempo pode ser traduzido numa escolha em utilizar o dinheiro em consumo imediato ou em um investimento futuro. Esse conceito reproduz bem a decisão de adiamento de um desejo, no sentido de que o investimento agora trará maiores lucros futuros. Vale salientar também que esse investimento corre risco, ou seja, pode se perder tudo ou quase tudo.

Segundo Gitman (1997, p.150), "a decisão de consumir *versus* investir envolve um *tradeoff*. Por exemplo, sua escolha de adiar o trabalho e agora ir para a escola é um significado *tradeoff* entre tempo e valor".

Portanto, tempo que se investe na educação terá retorno mais adiante, tendo em vista que o diploma universitário lhe trará mais oportunidades de trabalho e um salário melhor.

2.5 PREVIDÊNCIA PÚBLICA E PRIVADA

2.5.1 Previdência social

A Previdência Social dentre os programas da seguridade social do Estado é aquele que visa suprir aos seus beneficiários, os meios para sua sobrevivência em decorrência da perda da capacidade laboral temporária ou permanente, compulsoriamente ou por tempo de serviço. Ou ainda como define Oliveira (2003, p.15), para aqueles em que se encontram na situação de "desemprego involuntário, como também encargos de família e reclusão ou morte daqueles de quem dependiam economicamente".

O Estado brasileiro no cumprimento de sua função social deve visar o bem-estar e a justiça social para com os seus cidadãos, para isso a Previdência Social deve cumprir com a sua parcela proporcionando aos seus beneficiários quando necessário os meios para sua manutenção. E ainda segundo Bagatin (2001, p.117), em relação aos princípios constitucionais que regem a nossa sociedade: "O problema reside no fato de que a previdência influenciada pelos mais diversos fatores, acabou adquirindo um aspecto peculiar no Brasil. Esta no decorrer da história foi confundida com a assistência social".

Ademais o sistema previdenciário brasileiro, apesar de ter passado por reforma aponta falhas, é ineficaz e não assegura aos seus beneficiários a segurança necessária para um futuro tranquilo.

2.5.1.1 Principais características

A Previdência pública organizada sob o regime de caráter contributivo e de filiação obrigatória tem como principal dever com a sociedade que a financia de

forma direta e indireta, a distribuição dos benefícios e a cobrança das obrigações junto às empresas arrecadadoras, formando assim com o Estado o ente responsável pelo seu custeio, tendo como características principais serviço público, seguro social obrigatório e Economia coletiva e participação individual.

2.5.2 Previdência privada

A falência do sistema previdenciário brasileiro é decorrente da sua incapacidade de cumprir totalmente com a sua função social, principalmente no que diz respeito a promover o bem estar e manter o nível de vida dos seus beneficiários ao cessar sua atividade laboral. Essa incapacidade tem gerado incertezas e inseguranças quanto ao sistema público, consequentemente esses beneficiários vêem na previdência privada a opção de complementarem o vazio deixado pelo papel do Estado de cumprir sua obrigação social.

Em resumo, pode-se dizer que é um sistema que acumula recursos que garantam uma renda mensal no futuro, especialmente no período em que se deseja parar de trabalhar. Num primeiro momento, era vista como uma forma uma poupança extra, além da previdência oficial, mas como o benefício do governo tende a ficar cada vez menor, muitos adquirem um plano como forma de garantir uma renda razoável ao fim de sua carreira profissional. (ENTENDA..., 2004).

2.5.2.1 Entidades de previdência privada

Entidades fechadas de Previdência Privada ou Fundos de Pensão não têm fins lucrativos, e é destinada a grupos, como funcionários de uma empresa. Enquanto que as entidades abertas podem ter ou não fins lucrativos, sendo acessíveis a qualquer um que subscreva e custeie o seu plano de benefícios. São instituições paralelas à Previdência Social, porém de caráter privado, opcional e voluntário (ENTENDA..., 2004).

A fechada é destinada aos profissionais ligados a empresas, sindicatos ou entidades de classe. Em linhas gerais, o trabalhador contribui com uma parte mensal do salário e a empresa banca o restante, valor que normalmente é dividido em partes iguais. Outras empresas, essas mais raras, bancam toda a contribuição (ENTENDA..., 2004)

Uma vantagem imediata de um plano fechado é a possibilidade de se deduzir 12% da renda bruta na declaração anual do Imposto de Renda. Estima-se que as empresas de previdência complementar possuam cerca de 126 mil participantes que já desfrutam de benefícios de previdência do setor.

A Aberta é oferecida por seguradoras ou por bancos. Um dos principais benefícios dos planos abertos é a sua liquidez, já que os depósitos podem ser sacados a cada dois meses. O número total de participantes de planos abertos é estimado em 5 milhões de pessoas. (ENTENDA..., 2004).

2.5.2.2 Regimes financeiros

Os Regimes Financeiros citados na Lei 6435 estabelecem a obrigatoriedade da avaliação atuarial dos planos de benefícios. De acordo com Póvoas (1991, p.35), "nos planos de empresa, os regimes financeiros especificados nas regras, são os mesmos que elas especificam para os planos previdenciários individuais". Com relação ao Regime de Capitalização usado na estruturação de vários benefícios, segundo Póvoas (1991, p.36), para os planos de aposentadoria "o único regime financeiro admitido é o de Capitalização".

2.5.2.3 Produtos da previdência privada

- Plano Tradicional: tem a garantia de uma rentabilidade mínima e correção monetária no período da aplicação. Entre as opções existentes no mercado, costumeiramente se aplica a variação do IGP-M acrescido por juro de 6%. Nesse tipo de plano, pode-se abater até 12% da renda bruta na declaração do Imposto de Renda. Os rendimentos são repassados apenas em parte, que varia de 50 a 85% do total conseguido. Têm taxas de carregamento - aplicadas sobre a contribuição - de até 10%. É comercializado por meio de seguradoras.
- Fundo de Aposentadorias de Previdência Individual (FAPI): o Fapi é aconselhável para quem declara o Imposto de Renda usando o formulário simplificado e atualmente está praticamente em desuso. Nessa opção, não existe uma garantia de rentabilidade mínima.

De acordo com o enfoque de Fortuna (2002, p.412), as contribuições ao FAPI, em conjunto com os abatimentos da previdência complementar, podem ser deduzidas até o limite de 12% do rendimento bruto do contribuinte.

Apesar de não contar com taxa de carregamento, se o resgate for feito em um intervalo menor do que 12 meses, haverá a incidência de IOF (Imposto sobre Operações Financeiras). É vendido por bancos e seguradoras.

- Vida Gerador de Benefícios Livres (VGBL): é aconselhável para aqueles que não têm renda tributável, já que não é dedutível do Imposto de Renda, ainda que seja necessário o pagamento de IR sobre o ganho de capital.

De acordo com Fortuna (2002, p. 417)

Durante o período de contribuição variável, a remuneração estará baseada na rentabilidade da carteira de investimento do Fundo de Investimento Financeiro – FIF, no qual estarão aplicados os respectivos recursos, sem garantia de remuneração mínima e de atualização de valores.

Nesse tipo de produto, também não existe uma garantia de rentabilidade mínima, ainda que todo o rendimento seja repassado ao integrante. O primeiro resgate pode ser feito em prazo que varia de dois meses a dois anos. A partir do segundo ano, também pode ser feita a cada dois meses. Possui taxa de carregamento de até 5%. É comercializado por seguradoras.

- Plano Gerador de Benefícios livres (PGBL): foi regulamentado em 1997 pelo Conselho Monetário nacional, para ser oferecido por bancos, seguradoras e empresas de previdência privada como mais uma alternativa de previdência, tendo em vista a falência do sistema previdenciário oficial.

Conforme Fortuna (2002, p. 413)

O modelo do PGBL é inspirado no plano 401K dos EUA, sem garantia mínima de rendimentos, e que permite ao cliente escolher o perfil do risco desejado em função de seu horizonte de investimento.

O PGBL é mais vantajoso para aqueles que fazem a declaração do imposto de renda pelo formulário completo. É uma aplicação em que incide risco, já que não há garantia de rentabilidade, que inclusive pode ser negativa. Ainda assim,

em caso de ganho, ele é repassado integralmente ao participante. (ENTENDA..., 2004).

O PGBL - Plano Gerador de Benefícios Livres...(2004), afirma que é importante que o participante saiba escolher o tipo de PGBL de acordo com a proposta de investimento, se aceita maior nível de risco diante da possibilidade de ter rendimento maior, ao invés de garantir uma rentabilidade mínima como na previdência complementar aberta. Para tanto, oferece-se ao investidor três modalidades distintas de investimentos com riscos distintos, conforme descrito abaixo:

- Soberano: aplica 100% em títulos de renda fixa do governo federal com menor risco;
- Renda Fixa: aplica 100% em títulos de renda fixa pública (federais, estaduais ou municipais) ou privada (como CDBs – Certificados de Depósitos bancários – e letras de cambio). Tem um pouco mais de risco.
- Composto: pode aplicar até 49% em renda variável (ações). essa carteira tem maior potencial de ganho, porém com maior nível de risco, com em qualquer outro fundo de investimento. Neste tipo de fundo, a qualificação técnica do gestor é muito importante para garantir um rendimento adequado. Um erro do administrador pode comprometer a renda futura dos associados. E a permissão para a troca de gestor é de 60 dias.

Como é possível trocar de PGBL, o participante pode ir alterando sua estratégia de investimento ao longo do tempo. Pode começar, por exemplo, colocando sua poupança num produto de maior risco, que tenha maior potencial de ganho, quando o tempo de aposentadoria for longo; e depois trocar para mais conservadores, de menor risco, quando o prazo for menor. (PGBL – Plano Gerador de Benefícios Livres, 2004).

O resgate pode ser feito no prazo de 60 dias de duas formas: de uma única vez, ou transformado em parcelas mensais. Também pode ser abatido até 12% da renda bruta anual do Imposto de Renda e tem taxa de carregamento de até 5%. É comercializado por seguradoras. Com o PGBL, o dinheiro é colocado em um

vigência de vida do participante a partir da data de concessão do benefício.

- **RENDA MENSAL TEMPORÁRIA:** consiste na renda paga temporária e exclusivamente ao participante. O benefício cessa com o seu falecimento ou o fim da temporariedade contratada, o que ocorrer primeiro.

- **RENDA MENSAL VITALÍCIA COM PRAZO MÍNIMO GARANTIDO:** consiste em uma renda paga vitaliciamente ao Participante a partir da data da concessão do benefício, sendo garantida aos beneficiários da seguinte forma: no momento da inscrição, o Participante escolherá um prazo mínimo de garantia que será indicado na Proposta de Inscrição; o prazo mínimo da garantia é contado a partir da data do início do recebimento do benefício pelo Participante; se durante o período de percepção do benefício ocorrer o falecimento do participante, antes de ter completado o prazo mínimo de garantia escolhido, o benefício será pago aos beneficiários conforme os percentuais indicados na Proposta de Inscrição, pelo período restante do prazo mínimo de garantia; no caso de falecimento do participante, após o prazo mínimo garantido escolhido, o Benefício ficará automaticamente cancelado sem que seja devida qualquer devolução, indenização ou compensação de qualquer espécie ou natureza aos beneficiários; no caso de um dos Beneficiários falecerem antes de ter sido completado o prazo mínimo de garantia, o valor da renda será rateado entre os beneficiários remanescentes até o vencimento do prazo mínimo garantido; não havendo qualquer beneficiário remanescente, a renda será paga aos sucessores legítimos do Participante, pelo prazo restante da garantia.

- **RENDA MENSAL VITALÍCIA REVERSÍVEL AO BENEFICIÁRIO INDICADO:** consiste em uma renda paga vitaliciamente ao participante a partir da data de concessão do benefício escolhida; ocorrendo o falecimento do participante, durante a percepção desta renda, o percentual do seu valor estabelecido na proposta de inscrição será revertido vitaliciamente ao beneficiário indicado; na hipótese de falecimento do beneficiário, antes do participante e durante o período de percepção da renda, a reversibilidade do benefício estará extinta sem direito a compensações ou devoluções dos valores pagos; no caso do beneficiário falecer, após já ter iniciado o recebimento da renda, o benefício estará extinto.

- **RENDA MENSAL VITALÍCIA REVERSÍVEL AO CÔNJUGE COM CONTINUIDADE AOS MENORES:** consiste em uma renda paga vitaliciamente ao participante a partir da data de concessão do benefício escolhida; ocorrendo o falecimento do participante, durante a percepção desta renda, o percentual do seu

valor estabelecido na proposta de inscrição será revertido vitaliciamente ao cônjuge e na falta deste, reversível temporariamente aos menores até que cheguem à maioridade estabelecida no regulamento e conforme o percentual de reversão estabelecido.

Ainda de acordo com a SUSEP, no caso dos PGBL's empresariais, a pessoa física entra no plano por conta de um vínculo com pessoa jurídica, que pode apenas arrecadar o dinheiro dos funcionários ou também pagar uma parte da contribuição. Ao se desligar da empresa, a pessoa pode retirar seu capital, ou continuar contribuindo para o fundo, por sua conta, sem a parte da empresa. Quando a pessoa pede demissão, mantém os direitos apenas sobre a sua parcela de contribuição para o capital, e não sobre a sua parte eventualmente paga pela empresa. Os recursos que correspondem à participação da empresa ficam no próprio fundo. Se a empresa demite o funcionário ele pode ou não ter direito à parcela paga pela empresa ao PGBL, durante os anos que manteve o vínculo, dependendo do tipo de contrato. Se o funcionário não tiver direito à contribuição da empresa, no caso de demissão, o dinheiro fica no fundo. Porém, a empresa pode usar esse dinheiro para obter suas contribuições futuras, de forma que acaba sendo beneficiada, e não os demais associados.

O PGBL apresenta características que podem transformá-lo em um produto de grande apelo popular, em detrimento de outros planos de previdência, porque apresenta flexibilidade ao término do período estabelecido em contrato para aplicação, podendo o participante optar por receber o montante, receber temporariamente ou ainda vitaliciamente. Assim como a forma de pagamento e sua periodicidade, as taxas administrativas e carregamento, os tipos de renda, os benefícios de risco e a liberdade de resgate (respeitando a carência dos fundos). Ademais apresenta uma grande vantagem com relação à transparência, como a performance de acompanhamento do fundo diariamente. A opção pelo PGBL além das vantagens já citadas, proporciona segurança para o futuro dos participantes, sendo necessário, portanto para tal escolha que a instituição eleita pelo participante seja sólida e de confiança.

3 METODOLOGIA

3.1 TIPOS DE PESQUISA

Para atingir os objetivos anteriores, foi realizado um estudo, descritivo estatístico e qualitativo.

De acordo com Sâmara; Barros (2002, p.29), “os estudos exploratórios também denominados *desk research*, têm como principal característica a informalidade, a flexibilidade e a criatividade”.

3.2 UNIVERSO E AMOSTRA

O universo da presente pesquisa foi formado pelos professores da Liga de Ensino do Rio Grande do Norte, que corresponde a número total de 234 professores. Para determinação da amostra foi utilizado o tamanho $n = 90$, com um erro amostral de 7% e nível de confiabilidade de 95%.

3.3 COLETA DE DADOS

A coleta de dados foi realizada através de questionários semi-estruturados, aplicado junto ao público alvo com a presença do entrevistador.

3.4 TRATAMENTO DOS DADOS

Nesse estudo, depois de coletados os dados, os mesmos foram tabulados com a utilização do excel (uma ferramenta do pacote *Office da Microsoft*), para a obtenção de dados estatístico através de gráficos que demonstrem os resultados obtidos, objetivando suas análises, dando base para possíveis investimentos em Planos de Previdência Privada.

4 ANÁLISES DOS RESULTADOS

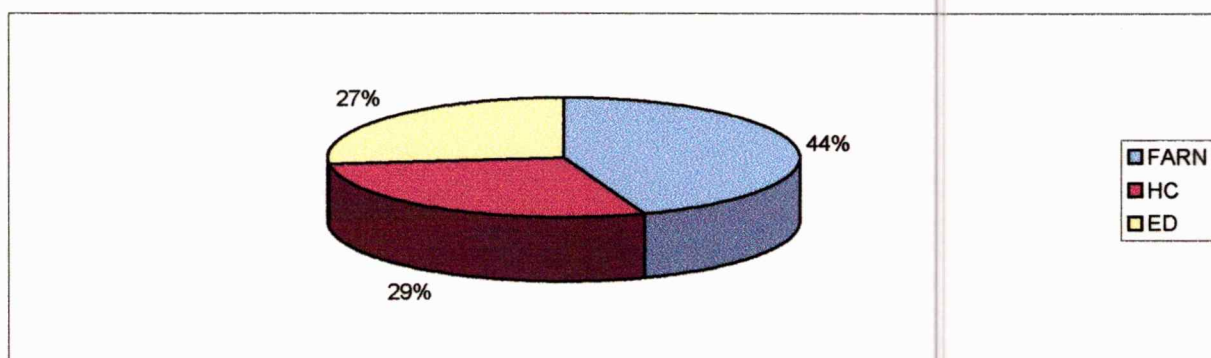
Os dados a seguir objetivam descrever as principais análises relativas à elaboração da pesquisa realizada entre os professores da Liga de Ensino do RN. Considerou-se como população-alvo 234 professores, onde desse universo, estimou-se em 47% uma amostra representativa, composta de 110 professores, a fim de passar informações dos dados elaborados. No encerramento da fase de pesquisa constatou-se a participação de apenas 38,46%, o que significou uma redução, na amostra, para 90 professores participantes.

Descrição dos dados pessoais dos entrevistados:

Tabela 01 – Instituições de Ensino

Tabela 01 Instituições de Ensino			
Instituição	Qtde		%
FARN	40		44
HC	26		29
ED	24		27
Total	90		100

Gráfico 01 – Instituições de ensino

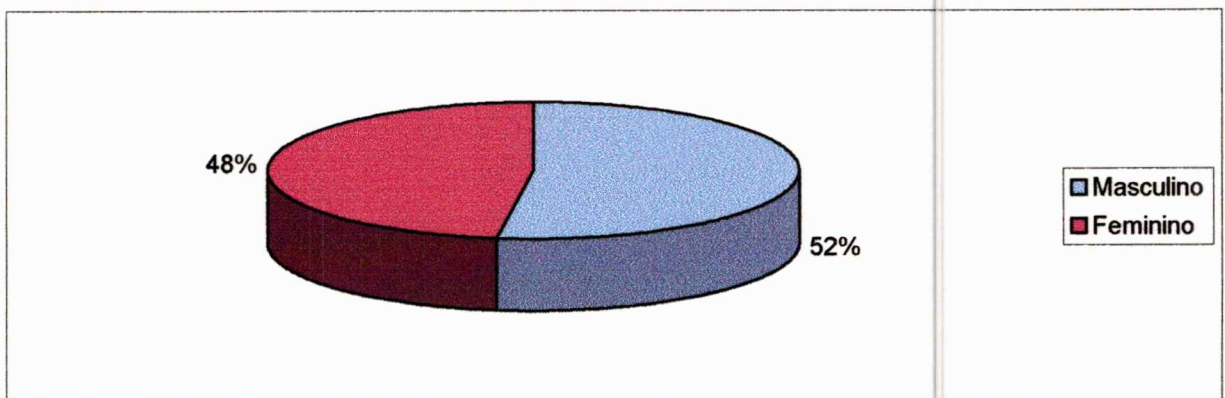


Fonte: Pesquisa realizada junto aos professores da Liga de Ensino do RN, 2004.

Tabela 02 – Sexo dos Entrevistados

Tabela 02 Sexo dos Entrevistados			
Sexo	Qtde		%
Masculino	47		52
Feminino	43		48
Total	90		100

Gráfico 02 – Sexo dos Entrevistados



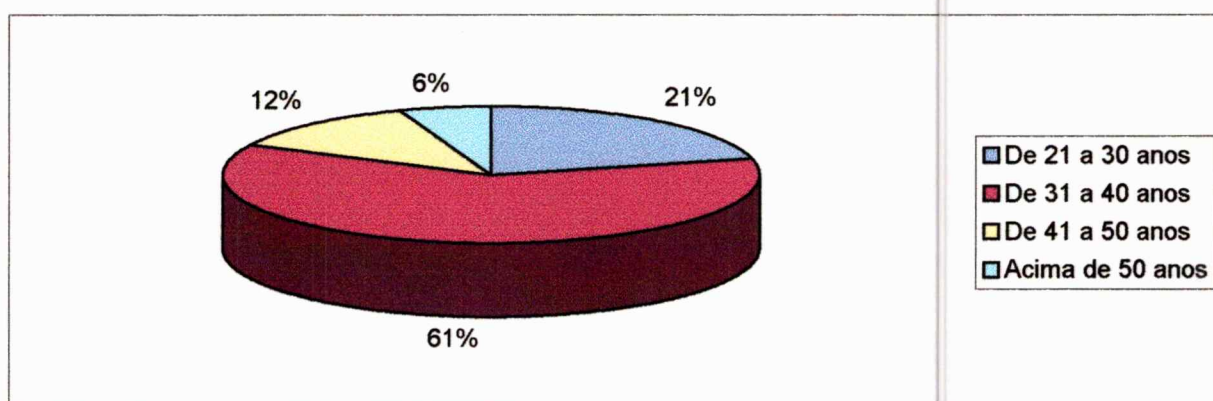
Fonte: Pesquisa realizada junto aos professores da Liga de Ensino do RN, 2004.

Como se pôde observar, existe uma distribuição homogênea entre os sexos feminino e masculino, no entanto, quando a instituição é analisada em suas 03 (três) divisões, percebe-se o predomínio do sexo masculino na Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte - FARN e Henrique Castriciano - HC, enquanto que na Escola Doméstica – ED, a maior parte dos entrevistados é do sexo feminino.

Tabela 03 – Idade dos Entrevistados

Tabela 03 Idade dos Entrevistados			
Idade	Qtde		%
De 21 a 30 anos	19		21
De 31 a 40 anos	55		61
De 41 a 50 anos	11		12
Acima de 50 anos	5		6
Total	90		100

Gráfico 03 – Idade



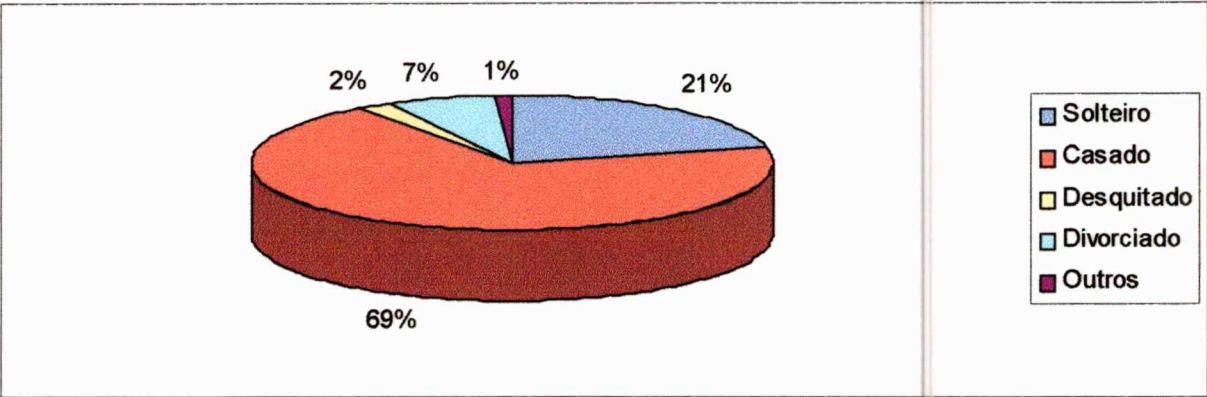
Fonte: Pesquisa realizada junto aos professores da Liga de Ensino do RN, 2004.

Percebe-se a concentração de professores na faixa etária de 31 a 40 anos que corresponde a 61%, observando-se que 22,22% destes entrevistados encontram-se na instituição FARN. No HC, se concentra 21,11% e na ED, 17,77, todos na mesma faixa etária citada acima.

Tabela 04 – Estado Civil dos Entrevistados

Tabela 04 Estado Civil dos Entrevistados			
Estado Civil	Qtde		%
Solteiro	19		21
Casado	62		69
Desquitado	2		2
Divorciado	6		7
Viúvo	1		1
Total	90		100

Gráfico 04 – Estado Civil



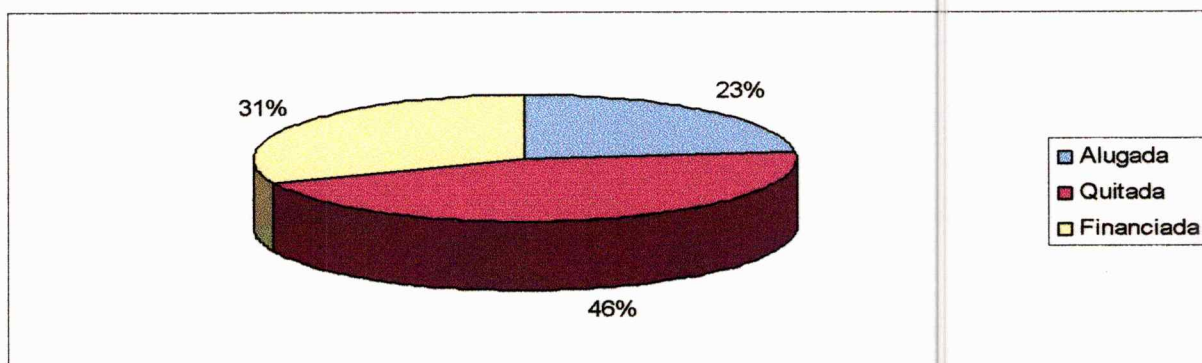
Fonte: Pesquisa realizada junto aos professores da Liga de Ensino do RN, 2004.

Como se pôde observar, entre os pesquisados há uma concentração de professores casados.

Tabela 05 – Moradia dos Entrevistados

Tabela 05 Moradia dos Entrevistados		
Moradia	Qtde	%
Alugada	21	23
Quitada	41	46
Financiada	28	31
Total	90	100

Gráfico 05 – Moradia dos Entrevistados



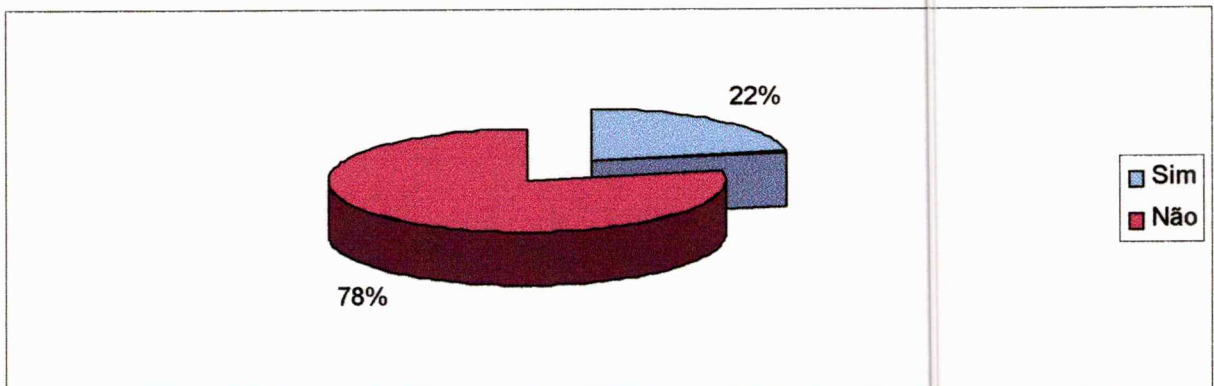
Fonte: Pesquisa realizada junto aos professores da Liga de Ensino do RN, 2004.

Dos 90 professores entrevistados, 46% possuem casa própria e quitada, sendo que, 11% desses são aposentados, como mostra o gráfico 10.

Tabela 06 - Você tem Plano de Previdência Privada?

Tabela 06 Você tem plano de PPP			
Tem plano de PP	Qtde		%
Sim	20		22
Não	70		78
Total	90		100

Gráfico 06 – Você tem Plano de Previdência Privada



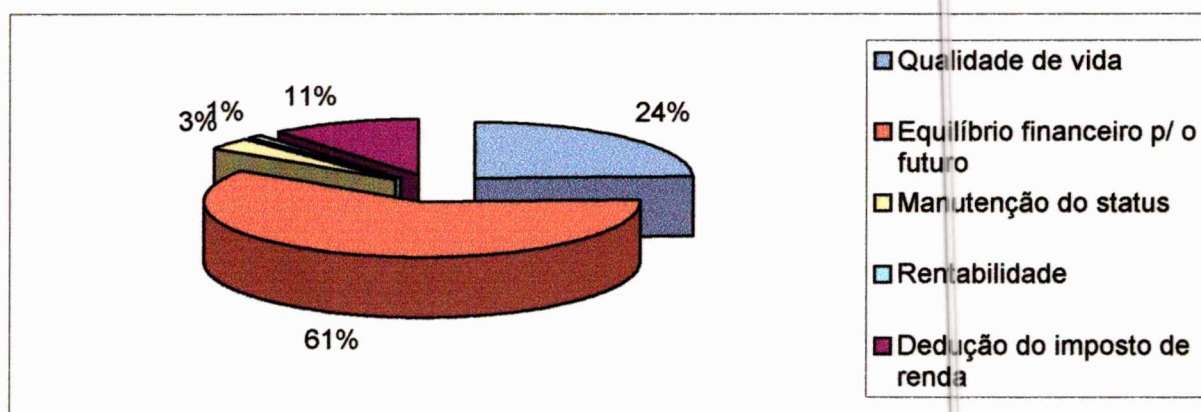
Fonte: Pesquisa realizada junto aos professores da Liga de Ensino do RN, 2004.

A pesquisa revelou que 78% dos professores da Liga de Ensino do RN não tem Plano de Previdência Privada. Desses, 51,43% não tem por falta de interesse e os mesmos são detentores da previdência pública federal. Foi constatado também que uma parcela desses entrevistados, 22%, são usuários de Plano de Previdência Municipal. Outra variável importante, é que 61% dos entrevistados, alegaram não terem rendimentos compatíveis para aquisição de uma previdência complementar. O restante dos 22% dos entrevistados são detentores de Planos de Previdência Privada, que corresponde a 20 professores, sendo que desses, 3 tem Previdência Privada Fechada, e os 17 restantes possuem Previdência Privada Aberta. Ambos não souberam informar que produto da previdência os mesmos detêm, porém, sabem qual a instituição gestora. Foi observado que mesmo os professores que adquiriram um Plano de Previdência Privada, há uma grande falta de conhecimento ou até mesmo de valorização diante do produto, em alguns casos chegando a não terem dados exatos sobre o período de contribuição.

Tabela 07 – Quais os fatores relevantes para que você adquira um Plano de Previdência Privada?

Tabela 07		
Quais os fatores relevantes para que você adquira um PPP		
Fatores relevantes	Qtde	%
Qualidade de vida	22	24
Equilíbrio financeiro p/ o futuro	54	60
Manutenção do status	3	3
Rentabilidade	1	1
Dedução do imposto de renda	10	11
Total	90	100

Gráfico 07 – Quais os fatores relevantes para que você adquira um Plano de Previdência Privada?



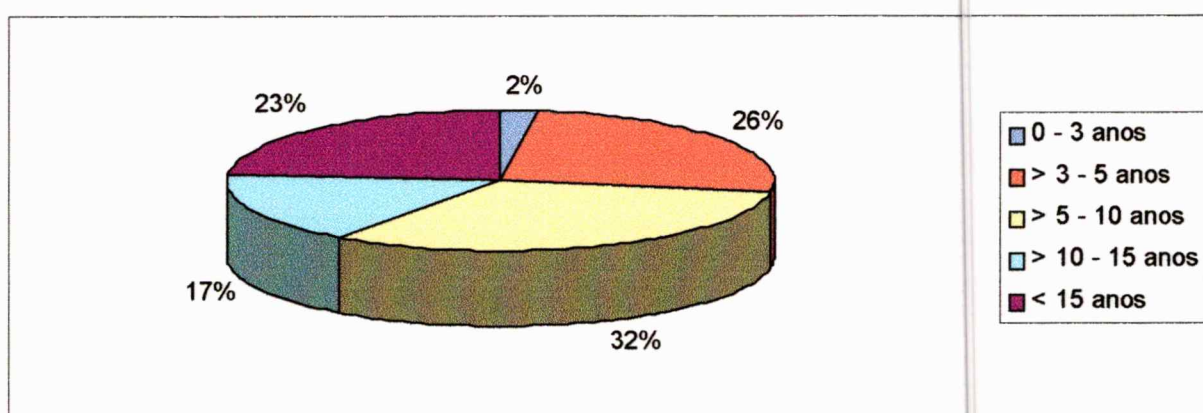
Fonte: Pesquisa realizada junto aos professores da Liga de Ensino do RN, 2004.

Grande parte dos entrevistados, 61%, afirmaram que o equilíbrio financeiro é um dos fatores relevantes para adquirir um Plano de Previdência Privada. Isso se dá principalmente em decorrência do desequilíbrio da conjuntura econômica brasileira, efetivada ao longo do tempo, através de uma política de desvalorização do magistério, implantada pelos baixos salários atribuídos aos docentes. Dos entrevistados, 24% opinaram pela qualidade de vida, revelando uma preocupação em manter um padrão de vida na aposentadoria, tendo em vista não acreditarem que a previdência oficial promova esta função. Foi observado que 11% dos entrevistados, vêem a possibilidade de dedução sobre o imposto de renda como um fator importante para a aquisição de um Plano de Previdência Privada.

Tabela 08 - Qual seu tempo de contribuição previdenciária pública em anos?

Tabela 08		
Tempo de contribuição previdenciária pública em anos		
Tempo	Qtde	
0 - 3 anos	2	2
3 - 5 anos	23	26
5 - 10 anos	29	32
10 - 15 anos	15	17
15 anos	21	23
Total	90	100

Gráfico 08 – Qual seu tempo de contribuição previdenciária pública em anos?



Fonte: Pesquisa realizada junto aos professores da Liga de Ensino do RN, 2004.

Neste quesito, 60% dos entrevistados possuem tempo de contribuição previdenciária pública de 0 à 10 anos. Dentre os que têm esse tempo de contribuição, 43,34%, conforme tabela 23 anexa, são detentores da previdência pública federal e se encontram na faixa etária de 31 a 40 anos. Foi verificado que 23% dos entrevistados que contribuem há mais de 15 anos, dentre os quais 16,67% são da previdência pública Federal e 5,56% de previdência pública municipal. Foi observado que dentre os entrevistados da Previdência Pública, que contribuem entre 0 à 3 anos que não há nenhuma adesão às previdências Públicas Municipais e Estaduais.

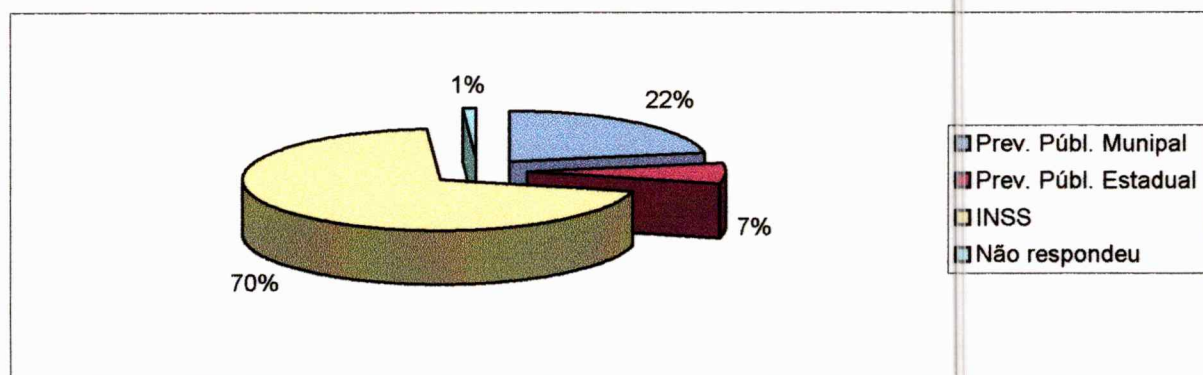
A tendência é que as pessoas iniciem as suas atividades profissionais mais tarde, isso se deve às mudanças que estão ocorrendo na Previdência Social, tendo em vista que o tempo de contribuição, hoje, não é suficiente para se chegar a

aposentadoria como também a idade. Esta é uma preocupação para a maioria dos entrevistados, principalmente por terem iniciado suas atividades profissionais bastante jovens.

Tabela 09 - Qual o regime previdenciário que você detém para o futuro?

Tabela 09		
Regime previdenciário que detém para o futuro		
Tipo	Qtde	%
Prev. Públ. Municipal	20	22
Prev. Públ. Estadual	6	7
Prev. Públ. Federal	63	70
Não respondeu	1	1
Total	90	100

Gráfico 09 – Qual o regime previdenciário que você detém para o futuro?



Fonte: Pesquisa realizada junto aos professores da Liga de Ensino do RN, 2004.

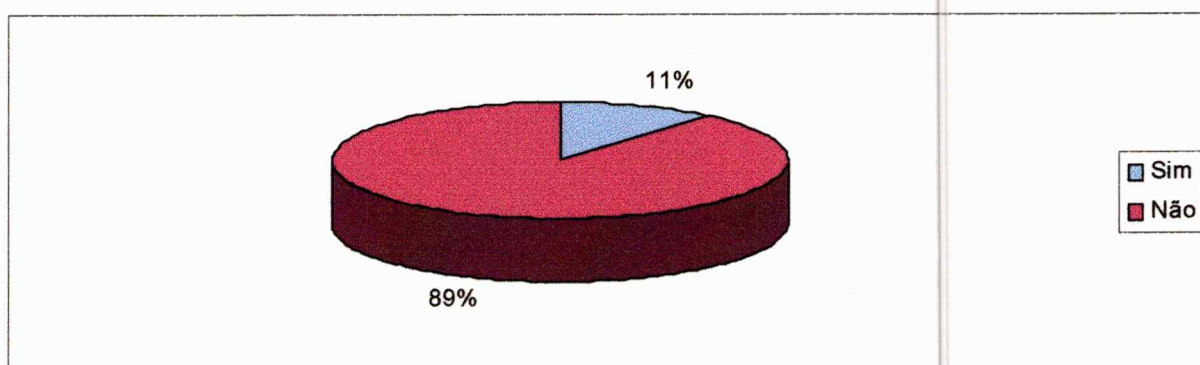
Dos 90 professores entrevistados, 89 deles possuem Previdência Pública, sendo que 20 professores já adquiriram um Plano de Previdência Privada.

A maioria dos entrevistados, 70%, detém para o futuro, a Previdência Pública Federal e 22% a Previdência Pública Municipal. Dos professores entrevistados, que têm Previdência Pública Federal, 36,67% são do sexo masculino e, 52,22%, desses, consideram a manutenção do padrão de vida importante. Os professores que estão na faixa etária de 31 a 40 anos, 43,34% são contribuintes da Previdência Pública Federal, e 14,45% dos que contribuem com esse tipo de previdência, estão na faixa etária de 21 à 30 anos.

Tabela 10 – Você já recebe aposentadoria?

Tabela 10 Recebe aposentadoria			
Aposentadoria	Qtde		%
Sim	10		11
Não	80		89
Total	90		100

Gráfico 10 – Você já recebe aposentadoria?



Fonte: Pesquisa realizada junto aos professores da Liga de Ensino do RN, 2004.

Dentre os entrevistados, 89% não recebem aposentadoria. Dos que recebem, 11%, que corresponde a 10 professores, como mostra a pesquisa, 09 deles já aderiram a um Plano de Previdência Privada e continuam a trabalhar para manter o padrão de vida. Isso mostra que os beneficiários ao cessar a atividade laboral não dispõem da mesma renda, sendo necessária uma complementação na Previdência Privada.

Tabela 11 – Você acha importante manter o padrão de vida após a aposentadoria?

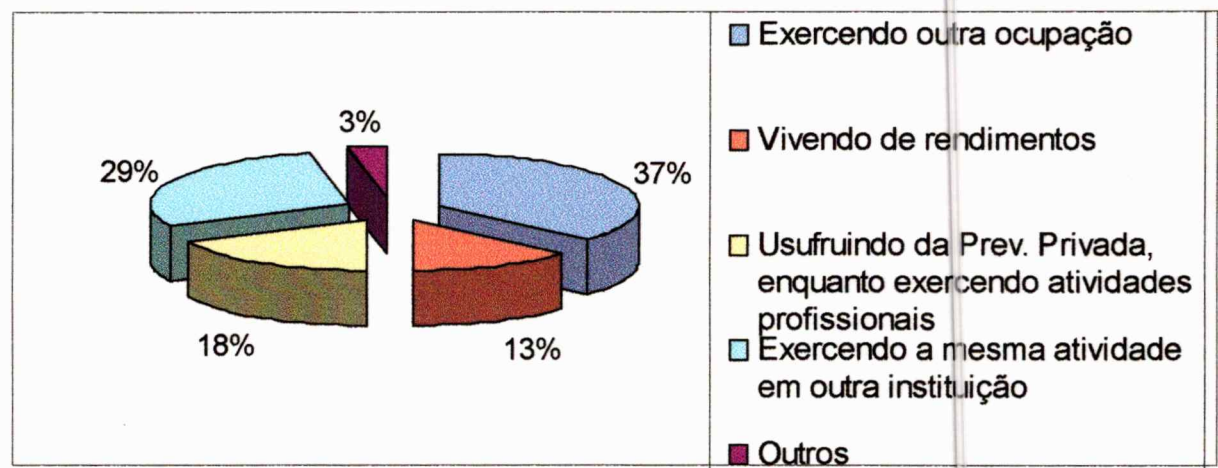
Tabela 11		
A importância de manter o padrão de vida após a aposentadoria		
Padrão de vida	Qtde	%
Sim	90	100
Não	0	0
Total	90	100

Como se pôde observar 100% dos entrevistados foi unânime afirmando que é importante manter o padrão de vida após a aposentadoria, mesmo não tendo interesse em adquirir um Plano de Previdência Privada. De acordo com a análise comprovada pelo gráfico nº. 01; a grande maioria conforme gráfico nº. 08 diz ser necessário uma complementação previdenciária como forma de manter a qualidade de vida após a aposentadoria. Pela análise do gráfico nº. 07 se constata que dentre os entrevistados 37% pretendem manter o padrão de vida exercendo outra ocupação e 29% pretendem manter o padrão de vida após a aposentadoria, exercendo o magistério em outra instituição.

Tabela 12 – Caso tenha respondido Sim à questão anterior, como pretende manter seu padrão de vida após a aposentadoria?

Tabela 12			
Como pretende manter o padrão de vida			
Padrão de vida	Qtde		%
Exercendo outra ocupação	33		37
Vivendo de rendimentos	12		13
Usufruindo da P.P, enquanto exercendo atividades profissionais.	16		18
Exercendo a mesma atividade em outra instituição	26		29
Outros	3		3
Total	90		100

Gráfico – 12 Caso tenha respondido Sim à questão anterior, como pretende manter seu padrão de vida após a aposentadoria?



Fonte: Pesquisa realizada junto aos professores da Liga de Ensino do RN, 2004.

Nessa questão, 37% dos entrevistados, revelaram a intenção de continuar exercendo outra ocupação; 29% pretendem continuar exercendo a mesma atividade em outra instituição, dentre esses 11% já se encontram aposentados, conforme observado no gráfico nº. 10; e 18% tencionam usufruir da Previdência Privada enquanto exercendo atividades profissionais.

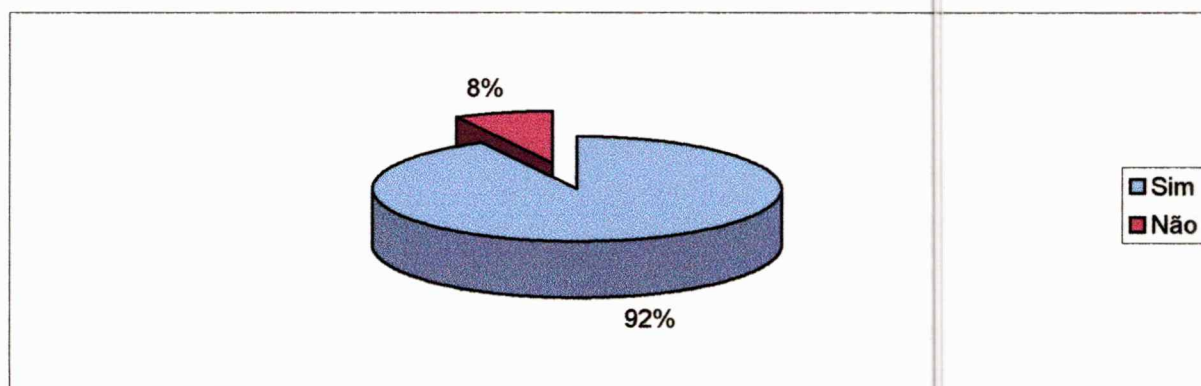
Esses dados revelam uma situação geradora de graves problemas sociais, num país onde a taxa de desemprego é alta e instável. Vê-se que esses

profissionais apesar de estarem aposentados, irão ocupar as vagas dos novos que estão entrando no mercado. Também é preocupante a forma como essas pessoas irão cuidar da saúde e ter descanso merecido, tendo em vista que necessitam suprir suas necessidades continuando a trabalhar.

Tabela 13 - Acha necessária uma complementação previdenciária?

Tabela 13 Necessidade uma complementação previdenciária			
Complemento	Qtde		%
Sim	83		92
Não	7		8
Total	90		100

Gráfico 13 – Acha necessária uma complementação previdenciária?



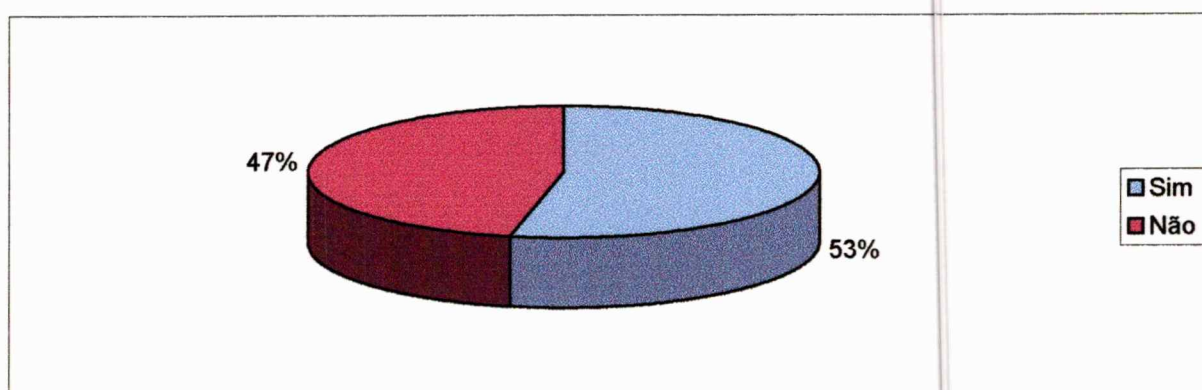
Fonte: Pesquisa realizada junto aos professores da Liga de Ensino do RN, 2004.

A grande representativa da amostra, 83%, afirmou categoricamente que há necessidade de se ter uma complementação previdenciária, mesmo havendo contradição, como mostra a análise do gráfico 06, em decorrência dos rendimentos não compatíveis para a aquisição de um Plano de Previdência Privada.

Tabela 14 – Você tem conhecimento sobre algum Plano de Previdência Privada?

Tabela 14 Conhecimento sobre algum PPP			
Conhecimento sobre PP	Qtde		%
Sim	48		53
Não	42		47
Total	90		100

Gráfico 14 – Você tem conhecimento sobre algum Plano de Previdência Privada?



Fonte: Pesquisa realizada junto aos professores da Liga de Ensino do RN, 2004.

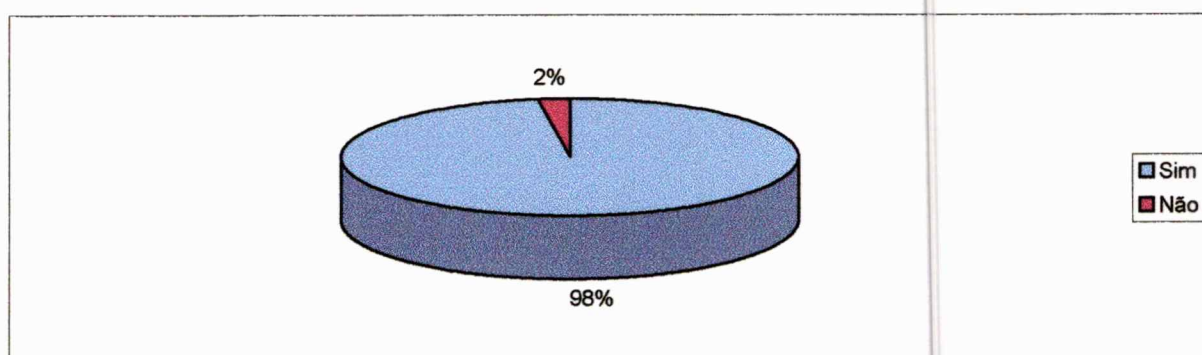
Apesar de 53% não terem conhecimento dos produtos de Plano de Previdência conforme análise do gráfico acima, os mesmos têm conhecimento de instituições gestoras que trabalham com esses produtos, dentre essas o Banco do Brasil foi o mais citado pelos entrevistados, seguindo-se do Banco Bradesco.

Dentre os professores que não têm conhecimento desses produtos, a maioria pertence ao quadro de profissionais do ensino médio, inclusive chegando a confundir Previdência Privada com Plano de Saúde.

Tabela 15 – Você acha que a situação econômica do país interfere na hora de adquirir um Plano de Previdência Privada?

Tabela 15		
Situação econômica do país interfere na hora adquirir um PPP		
Situação econômica	Qtde	%
Sim	88	98
Não	2	2
Total	90	100

Gráfico 15 – Você acha que a situação econômica do país interfere na hora de adquirir um Plano de Previdência Privada?



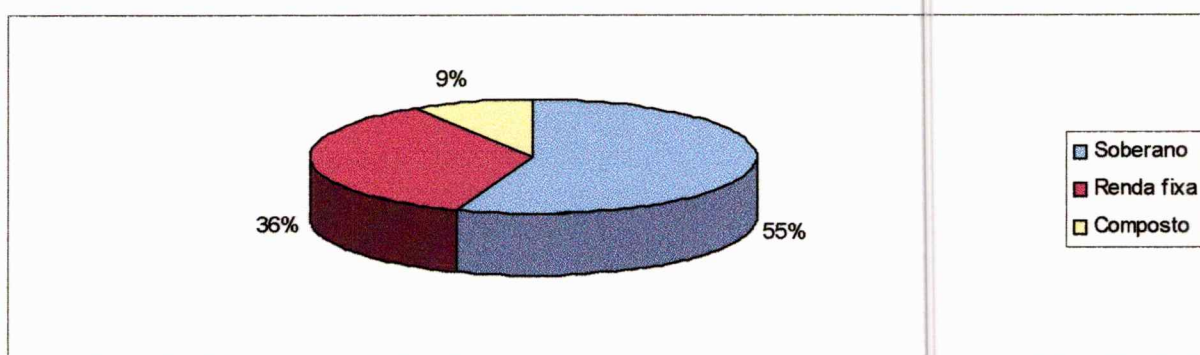
Fonte: Pesquisa realizada junto aos professores da Liga de Ensino do RN, 2004.

Os estudos demonstraram que 98% dos entrevistados dizem que a situação econômica do país interfere na hora de adquirir um Plano de Previdência Privada. Desses, 80,68%, consideram que a instabilidade econômica é motivo preponderante na escolha. Essa atitude baseia-se na falta de uma política governamental voltada às necessidades de todos os segmentos participativos, devido a falta de credibilidade dos mesmos, por causa da sangria efetuada pelo governo de recursos destinados a Previdência Pública para outros setores sem o retorno desse capital para o fim destinado. Pode-se falar, também, que os Planos econômicos implantados no Brasil, com o intuito de resgatar a estabilidade econômica e o déficit público, contribuíram de maneira acentuada para gerar na população um clima de insatisfação e insegurança com relação ao futuro.

Tabela 16 – Qual a carteira do PGBL (Plano Gerador de Benefícios Livres) que mais se identifica com o seu perfil?

Tabela 16 Carteira de PBGL identificada com o perfil			
Perfil	Qtde		%
Soberano	50		55
Renda fixa	32		36
Composto	8		9
Total	90		100

Gráfico 16 – Qual a carteira do PGBL (Plano Gerador de Benefícios Livres) que mais se identifica com o seu perfil?



Fonte: Pesquisa realizada junto aos professores da Liga de Ensino do RN, 2004.

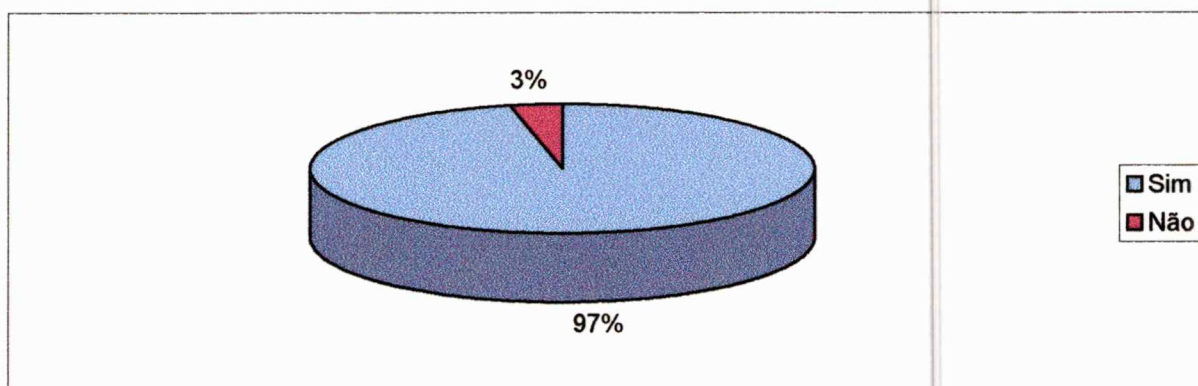
Pela falta de conhecimento sobre os Planos de Previdência Privada, fez-se necessário uma breve explanação por parte da pesquisadora, estimulando os entrevistados a optarem por uma das alternativas acima. Do universo de professores entrevistados, 55% escolheram o Soberano como a carteira do Plano Gerador de Benefícios Livres - PGBL que mais se identificou com os mesmos, ou seja, a que aplica 100% em títulos públicos, apresenta o menor risco e tem o menor ganho. A maioria deste percentual se encontra na faixa etária de 31 à 40 anos, são do sexo feminino e casadas. Do total 36% optaram pela carteira que aplica 100% em títulos de renda fixa, públicos ou privados, que têm o retorno um pouco maior, embora aumente o risco. Esse percentual também se encontra na faixa etária de 31 à 40 anos, casados e são do sexo masculino. O restante da amostra (sexo masculino e solteiros) optou pelo Composto que é a carteira mais ousada, podendo-se aplicar

39% em variáveis (ações), tendo o maior potencial de ganho, mas com o maior nível de risco.

Tabela 17 – A instituição gestora do Plano de Previdência Privada influencia na sua escolha?

Tabela 17			
Influência da instituição gestora do PPP na escolha			
Influência na escolha	Qtde		%
Sim	87		97
Não	3		3
Total	90		100

Gráfico 17 - A instituição gestora do Plano de Previdência Privada influencia na sua escolha?



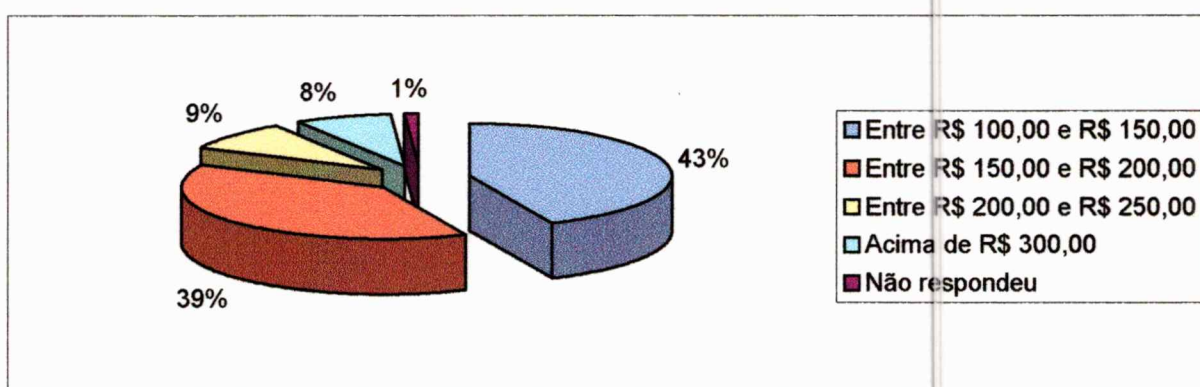
Fonte: Pesquisa realizada junto aos professores da Liga de Ensino do RN, 2004.

A pesquisa revela que 97% dos professores entrevistados afirmou que a instituição gestora dos Planos de Previdência Privada influencia na escolha. Dentre esses, 67,82%, declarou que para investir precisa ter confiança na instituição e que a mesma passe credibilidade. Segundo os entrevistados o que se paga hoje na aquisição de um Plano de Previdência Privada está definido; o que se receberá não está combinado, isso se deve a falta de conhecimento que os mesmos têm sobre o assunto pesquisado. Tudo depende da competência do administrador em gerenciar seus investimentos, por isso, a escolha é uma decisão muito importante.

Tabela 18 – Quanto você investiria mensalmente para adquirir um Plano de Previdência Privada?

Tabela 18 Investimento mensal na aquisição um PPP			
Investimento	Qtde		%
Entre R\$ 100,00 e R\$ 150,00	39		43
Entre R\$ 150,00 e R\$ 200,00	35		39
Entre R\$ 200,00 e R\$ 250,00	8		9
Acima de R\$ 300,00	7		8
Não respondeu	1		1
Total	90		100

Gráfico 18 – Quanto você investiria mensalmente para adquirir um Plano de Previdência Privada?



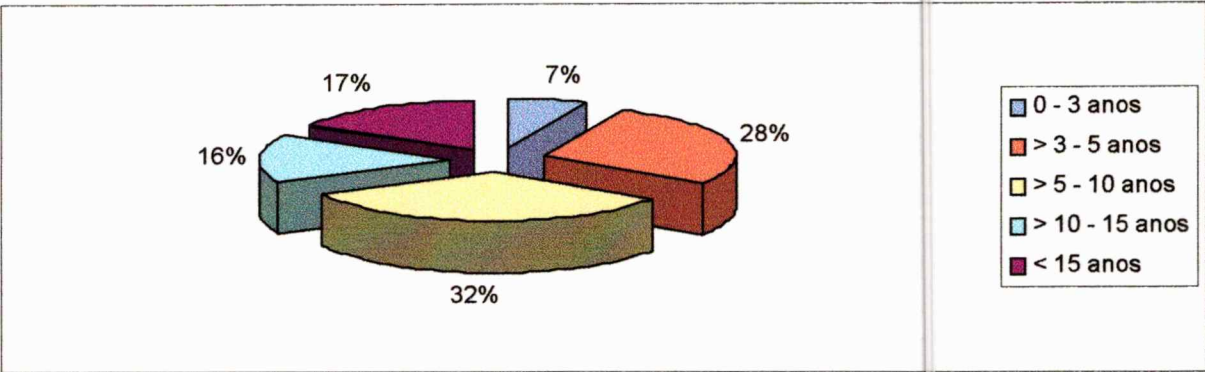
Fonte: Pesquisa realizada junto aos professores da Liga de Ensino do RN, 2004.

A figura acima demonstra que 43% dos professores entrevistados que ganham de 6 à 10 salários mínimos, investiriam entre R\$ 100,00 e R\$ 150,00 (mensal) em um Plano de Previdência Privada, enquanto que 8% que estão na mesma faixa salarial investiriam de R\$ 200,00 a R\$ 300,00. Isso reflete a falta de informação acerca do retorno de um investimento feito em um Plano de Previdência Privada e também o fato de já terem o orçamento comprometido

Tabela 19 – Há quanto tempo (em anos) exerce o magistério?

Tabela 19			
Tempo que exerce o magistério			
Tempo	Qtde		%
0 - 3 anos	6		7
3 - 5 anos	25		28
5 -10 anos	30		33
10 - 15 anos	14		16
15 anos	15		17
Total	90		100

Gráfico 19 – Há quanto tempo (em anos) exerce o magistério?



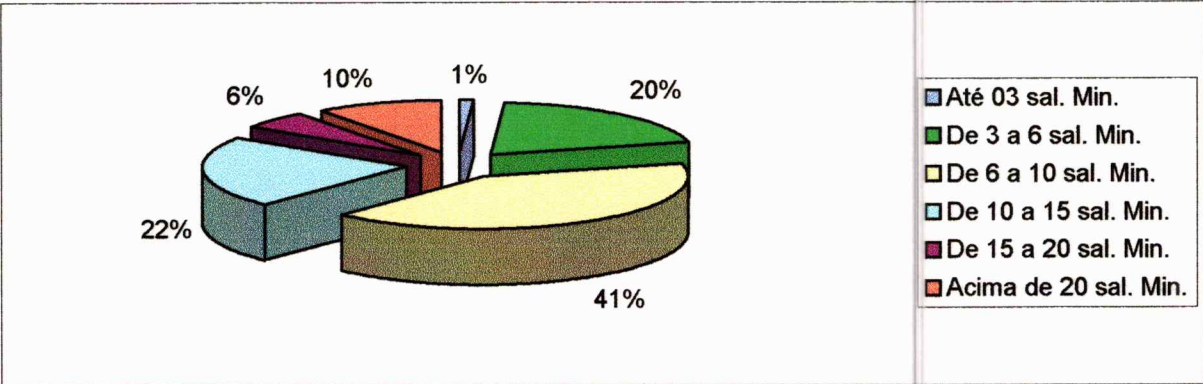
Fonte: Pesquisa realizada junto aos professores da Liga de Ensino do RN, 2004.

Como se vê no gráfico acima, há um maior número de professores exercendo o magistério, com tempo de 0 à 10 anos (68%), que são contribuintes em sua maioria, da Previdência Pública Federal. Uma pequena parcela, que tem o mesmo tempo de magistério, é contribuinte das previdências pública estadual e municipal.

Tabela 20 – Qual seu nível de renda atual/total, nas instituições de ensino médio ou superior?

Tabela 20		
Nível de renda atual/total, nas instituições de ensino médio ou superior		
Renda	Qtde	%
Até 03 sal. Min.	1	1
De 3 a 6 sal. Min.	18	20
De 6 a 10 sal. Min.	37	41
De 10 a 15 sal. Min.	20	22
De 15 a 20 sal. Min.	5	6
Acima de 20 sal. Min.	9	10
Total	90	100

Gráfico 20 – Qual seu nível de renda atual/total, nas instituições de ensino médio ou superior?



Fonte: Pesquisa realizada junto aos professores da Liga de Ensino do RN, 2004.

A pesquisa revela que 79% dos entrevistados têm uma renda mensal a partir de 06 salários mínimos, concluindo-se que a amostra está além da renda per capita do Estado do Rio Grande do Norte que é de R\$ 420,00 (quatrocentos e vinte reais)

A pesquisa também mostra a preocupação da manutenção do padrão de vida pelos professores. Dentre os entrevistados que têm renda de 06 a 10 salários mínimos, 41%, desses, 28,89% consideram importante a manutenção do padrão de vida na aposentadoria.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES

Conclui-se que os entrevistados, distribuídos na faixa etária de 31 à 40 anos, o que corresponde a 61% da amostra, sendo casados, com estabilidade financeira razoável para os padrões locais, não têm um Plano de Previdência Complementar, outrossim, foi verificou-se que esses professores são contribuintes da Previdência Federal e ganham de 06 à 10 salários mínimos.

Dos resultados obtidos, evidenciou-se a existência de objetivos conflitantes em relação a falta de conhecimento acerca de um Plano de Previdência Privada. Apesar de considerar que o equilíbrio financeiro é fator preponderante para esta aquisição, o desequilíbrio mencionado pelos entrevistados é fruto da instabilidade financeira do país. O que se observa é que os professores consideram importante a manutenção do padrão de vida, mostrando-se evidente na parcela dos aposentados, onde de 10 professores aposentados 09 deles já aderiram a um Plano de Previdência Privada, comprovando o quanto é importante à manutenção desse.

Como a política salarial voltada para o magistério tem sido deficitária ao longo dos anos, muitos entrevistados revelaram que pretende exercer outra atividade, mesmo aquela pequena parcela que tenciona adquirir um Plano de Previdência Privada. Esses professores ainda não tendo conhecimento dos Planos de Previdência Privada, têm algum conhecimento sobre instituições gestoras.

A carteira do PGBL que mais se identificou com o perfil dos entrevistados foi o Soberano e a instituição gestora tem forte influência nessa escolha.

Diante dos resultados apresentados pela pesquisa, ousamos recomendar:

- Propor à Liga a subsidiar junto com outras instituições de ensino, a criação de Plano de Previdência Fechada – PPF, para o corpo docente, extensivo aos seus colaboradores.
- Inserir na grade curricular uma disciplina voltada para o estudo da previdência e em especial a previdência privada, principalmente para os cursos de Direito, Ciências Contábeis e Administração de Empresas.
- Promover Workshops, Seminários e cursos de Extensão voltados para o assunto.

- A criação de um produto da Previdência Privada personalizado para o magistério.
- Sedimentar na formação básica do ensino médio e fundamental, informações sobre a importância de um fundo de investimento desde cedo, para na vida adulta consolidar os ganhos necessários para desenvolver seus objetivos pessoais.
- Finalmente, que todo o corpo docente da Liga de Ensino do Rio Grande do Norte, através desta pesquisa, possam tomar conhecimentos da relevância do que é a Previdência Privada nos dias atuais, dos seus benefícios, gerados principalmente para a classe trabalhadora do magistério, e que esta informação possa ser absorvida e divulgada sobre todos os âmbitos pelo corpo docente e discente da Liga.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICA

ASSAF NETO, Alexandre. **Mercado financeiro**. São Paulo: Atlas, 2001.

BAGATIN, Andréia Cristina. Da previdência e da previdência Privada. In: TEIXEIRA, Antônio Carlos (coord). **Em Debate**. Rio de Janeiro: Funenseg, 2001. p.115 – 160.

CUNTI, Márcia. **Introdução a capitalização**. Disponível em: <<http://www.fenaseg.org.br/>>. Acesso em: 11 abr. 2004, 22:50h.

ENTENDA o que é previdência privada. Disponível em: <<http://invertia.terra.com.br/>>. Acesso em: 20 jun. 2004, 21:26h.

FORTUNA, Eduardo. **Mercado financeiro: produtos e serviços**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2002.

FUNENSEG. **Mercado financeiro**. 2.ed. Rio de Janeiro; Funenseg: 2003.

GITMAN, Lawrence J. **Princípios de administração financeira**. 7. ed. São Paulo: Harbra, 1997.

GROPPELLI, A. A.; NIKBAKHT, Ehsan. **Administração financeira**. São Paulo: Saraiva, 2001.

OLIVEIRA, Aristeu de. **Manual prático da previdência social**: 11 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

PGBL – Plano Gerador de Benefícios Livres. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/ext/economia/financas/servicos/previdencia1c.htm>> Acesso em: 20 jun. 2004, 01:16h.

PÓVOAS, Manuel Soares. **Previdência privada: planos empresariais**. [S. l.]: Fundação Nacional Escola de Seguros, 1991.

Previdência aberta Complementar. **Planos padrões PGBL**. Disponível em: <http://www.susep.gov.br/menuatendimento/previdencia_aberta_consumidor.asp#planos> Acesso em: 21 jun. 2004.

RODRIGUES, Sérgio. **Estatística de mercado**. Disponível em: <<http://www.anapp.com.br/publicar/cgi/public/cgilua.exe/web/templates/htm/anapp/view.htm?infoid=2650&user=reader&editionsectionid=25>>. Acesso em: 24 jun. 2004, 09:58h.

SAMARA, Beatriz Santos; BARROS, José Carlos de. **Pesquisa de Marketing: conceitos e metodologia**. 3. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

TAVARES, Antônia; MONTEIRO, Luiz; HADDAD, Richard (coords.). **Conhecimentos bancários**. São Paulo: Proconcurso, [2002]. V. 1.

WESTON, J. Fred; BRIGHAM, Eugene F. **Fundamentos da administração financeira**. São Paulo: Makron Books, 2000.

ANEXOS

ANEXO A – Questionário estruturado para os professores.

LIGA DE ENSINO DO RIO GRANDE DO NORTE
FACULDADE NATALENSE PARA O DESENVOLVIMENTO
DO RIO GRANDE DO NORTE

Curso: Administração de Empresas

Aluna: Auzenete Régia Araújo da Costa

Prof.: Carlos Eduardo Marinho Diniz

1. Você tem plano de PP?
 Sim ()
 PP aberta () Qual? _____ Há quanto tempo? _____
 PP fechada () Qual? _____ Há quanto tempo? _____
 Não () Porque? _____
2. Quais os fatores relevantes para que você adquira um plano de PP?
 () Qualidade de vida
 () Equilíbrio financeiro para o futuro
 () Manutenção do status
 () Rentabilidade
 () Dedução do imposto de renda
3. Qual o seu tempo de contribuição previdenciária pública em anos?
 Menor de 3 () de 3 a 05 () de 5 a 10 () de 10 a 15 () acima de 15 ()
4. Qual o regime previdenciário que você detém para o futuro?
 INSS () Prev. Públ. Municipal ()
 Prev. Públ. Estadual ()
 Prev. Públ. Federal ()
5. Você já recebe aposentadoria?
 Não () INSS () Prev. Públ. Municipal ()
 Prev. Públ. Estadual ()
 Prev. Públ. Federal ()
 PP aberta () Qual? _____
 PP fechada () Qual? _____
6. Você acha importante manter o padrão de vida após a aposentadoria?
 Sim () Não () Indiferente ()
7. Caso tenha respondido Sim à questão anterior; como pretende manter seu padrão de vida?
 Exercendo outra ocupação ()
 Vivendo de rendimentos ()
 Usufruindo da Prev. Privada, enquanto exercendo atividades profissionais ()
 Exercendo a mesma atividade em outra instituição ()
 Outros () Especificar: _____

8. Acha necessária uma complementação previdenciária?
Sim () Não ()
9. Você tem conhecimento sobre algum plano de previdência privada?
Sim () Quais? _____
Não ()
10. Você acha que a situação econômica do país interfere na hora de adquirir um plano de previdência privada?
Sim () Não () Justifique: _____
11. A flexibilidade é uma das características do PGBL (Plano Gerador de Benefícios Livres), proporcionando portabilidade (direito que o participante tem de transferir seu capital para outra instituição) oferecendo ao investidor três modalidades distintas de investimentos com riscos distintos:
 - Soberano (aplica 100% em títulos de renda fixa do governo federal, é o de menor risco).
 - Renda fixa (aplica 100% em títulos de renda fixa pública (federais, estaduais ou municipais) ou privada (como CDBs – Certificados de Depósitos bancários – e letras de câmbio), e tem um pouco mais de risco).
 - Composto (pode aplicar até 49% em renda variável (ações), essa carteira tem maior potencial de ganho, porém com maior nível de risco).
12. De acordo com o exposto acima qual a carteira do PGBL que mais se identifica com o seu perfil?
Soberano () Renda Fixa () Composto ()
13. A instituição gestora do PP influencia na sua escolha?
Sim () Não () Por que? _____
14. Quanto você investiria mensalmente para adquirir um plano de PP?
Entre R\$ 100,00 e R\$ 150,00 () R\$ 150,00 a R\$ 200,00 ()
R\$ 200,00 a R\$ 250,00 () acima de R\$ 300,00 ()
15. Há quanto tempo (em anos) exerce o magistério?
Menos de 3 () de 3 a 05 () de 5 a 10 () de 10 a 15 () acima de 15 ()
16. Qual o seu nível de renda atual/total, nas instituições de ensino médio ou superior?
Até 03 sal. min. () de 3 a 6 sal. () de 06 a 10 sal. () de 10 a 15 sal. ()
de 15 a 20 () acima de 20 ()
17. Dados pessoais do entrevistado:
 - Instituição () FARN () HC () ED
 - Sexo () masc. () fem.
 - Idade () de 21 a 30 () de 31 a 40 () de 41 a 50 () acima de 50
 - Estado civil () solteiro () casado () desquitado () divorciado () outros
 - Moradia () alugada () própria () quitada
() financiada

ANEXO B – Sexo x Regime previdenciário Detido.

Tabela 21						
Sexo x Regime Previdenciário Detido						
Regime Previdenciário Detido	Sexo					
	Masculino		Feminino		Total	
	Qt.	%	Qt.	%	Qt.	%
Prev. Públ. Federal	33	36,67	30	33,33	63	70,00
Prev. Públ. Municipal	10	11,11	10	11,11	20	22,22
Prev. Públ. Estadual	3	3,33	3	3,33	6	6,67
Não Respondeu	1	1,11			1	1,11
Total	47	52,22	43	47,78	90	100,00

ANEXO C – Sexo x Manutenção do Padrão de Vida.

Tabela 22						
Sexo x Manutenção do Padrão de Vida						
Manutenção do Padrão de vida	Sexo					
	Masculino		Feminino		Total	
	Qt.	%	Qt.	%	Qt.	%
Sim	47	52,22	43	47,78	90	100,00
Não						
Indiferente						
Total	47	52,22	43	47,78	90	100,00

ANEXO D – Idade x Regime Previdenciário

Tabela 23										
Idade x Regime Previdenciário Detido										
Regime Previdenciário Detido	Idade									
	de 21 a 30		31 a 40		41 a 50		acima de 50		Total	
	Qt.	%	Qt.	%	Qt.	%	Qt.	%	Qt.	%
Prev. Públ. Federal	13	14,45	39	43,34	7	7,78	4	4,45	63	70,01
Prev. Públ. Municipal	4	4,45	12	13,33	2	2,22	1	1,11	20	22,23
Prev. Públ. Estadual	2	2,22	4	4,44	1	1,11		0,00	6	6,67
Não Respondeu					1	1,11				
Total	19	21,11	55	61,11	11	12,22	5	5,56	90	100,00

ANEXO E – Tempo de Magistério x Regime Previdenciário Detido.

Tabela 24												
Tempo de Magistério x Regime Previdenciário Detido												
Regime Previdenciário Detido	Tempo de Magistério Universitário											
	< de 3 a		3 a 5 a		5 a 10 a		10 a 15 a		< de 15 a		Total	
	Qt.	%	Qt.	%	Qt.	%	Qt.	%	Qt.	%	Qt.	%
Prev. Públ. Federal	4	4,45	18	20,00	21	23,33	10	11,11	10	11,11	63	70,00
Prev. Públ. Municipal	2	2,22	5	5,56	7	7,78	3	3,33	3	3,33	20	22,22
Prev. Públ. Estadual			2	2,22	2	2,22	1	1,11	1	1,11	6	6,67
Não Respondeu	1	1,11									1	1,11
Total	6	6,67	25	27,78	30	33,33	14	15,56	15	16,67	90	100,00

ANEXO F – Tempo de Magistério x Manutenção do Padrão de Vida após a aposentadoria

Tabela 25												
Tempo de Magistério x Manutenção do Padrão de Vida após a aposentadoria												
Manutenção do Padrão de Vida	Tempo de Magistério Universitário											
	< de 3 a		3 a 5 a		5 a 10 a		10 a 15 a		< de 15 a		Total	
	Qt.	%	Qt.	%	Qt.	%	Qt.	%	Qt.	%	Qt.	%
Sim	6	6,67	25	27,78	30	33,33	14	15,56	15	16,67	90	100,00
Não												
Indiferente												
Total	6	6,67	25	27,78	30	33,33	14	15,56	15	16,67	90	100,00

ANEXO G – Tempo de Contribuição x Regime Previdenciário Detido.

Tabela 26												
Tempo de Contribuição x Regime Previdenciário Detido												
Regime Previdenciário Detido	Tempo de Contribuição											
	< de 3 a		3 a 5 a		5 a 10 a		10 a 15 a		< de 15 a		Total	
	Qt.	%	Qt.	%	Qt.	%	Qt.	%	Qt.	%	Qt.	%
Prev. Públ. Federal	2	2,22	16	17,78	20	22,22	10	11,11	15	16,67	63	70,00
Prev. Públ. Municipal			5	5,56	6	6,67	4	4,45	5	5,56	20	22,22
Prev. Públ. Estadual			2	2,22	2	2,22	1	1,11	1	1,11	6	6,67
Não Respondeu					1	1,11					1	1,11
Total	2	2,22	23	25,56	29	32,22	15	16,67	21	23,33	90	100,00

ANEXO H – Nível de renda – Magistério x Regime Previdenciário Detido.

Tabela 27															
Nível de renda – Magistério x Regime Previdenciário Detido															
Regime Previdenciário Detido	Nível de Renda nas Instit.de Ens.Superior														
	até 3 sal		3 a 6 sal		6 a 10 sal		10 a 15 sal		15 a 20 sal		> 20 sal		Total		
	Qt.	%	Qt.	%	Qt.	%	Qt.	%	Qt.	%	Qt.	%	Qt.	%	
Prev. Públ. Federal	1	1,11	13	14,45	26	28,89	14	15,56	3	3,33	6	6,67	63	70,00	
Prev. Públ. Municipal			4	4,44	8	8,89	5	5,56	1	1,11	2	2,22	20	22,22	
Prev. Públ. Estadual			1	1,11	2	2,22	1	1,11	1	1,11	1	1,11	6	6,67	
Não Respondeu											1	1,11	1	1,11	
Total	1	1,11	18	20,00	37	41,11	20	22,22	5	5,56	9	10,00	90	100,0	

ANEXO I – Nível de renda – Magistério x Manutenção do padrão de Vida.

Tabela 28														
Nível de renda - Magistério x Manutenção do Padrão de Vida														
Manutenção do Padrão de Vida	Nível de Renda nas Instit.de Ens.Superior													
	até 3 sal		3 a 6 sal		6 a 10 sal		10 a 15 sal		15 a 20 sal		> 20 sal		Total	
	Qt.	%	Qt.	%	Qt.	%	Qt.	%	Qt.	%	Qt.	%	Qt.	%
Sim	1	1,11	13	14,45	26	28,89	14	15,56	3	3,33	6	6,67	90	100,00
Não														
Indiferente														
Total	1	1,11	18	20,00	37	41,11	20	22,22	5	5,56	9	10,00	90	100,00

ANEXO J – Tempo de magistério x investimento mensal na aquisição de um PPP.

Tabela 29												
Tempo de magistério x Investimento mensal na aquisição de um PPP												
Invest. Mensal na aquisição de um plano de PP	Tempo de magistério											
	0 - 3 anos		> 3 - 5 anos		> 5 - 10 anos		> 10 - 15 ano		< 15 anos		Total	
	Qt.	%	Qt.	%	Qt.	%	Qt.	%	Qt.	%	Qt.	%
Entre R\$ 100 e R\$ 150	3	3,3 4	11	12, 22	12	13, 33	6	6,6 7	7	7,7 8	39	43, 33
Entre R\$ 150 e R\$ 200	2	2,2 2	10	11, 11	12	13, 33	5	5,5 6	6	6,6 7	35	38, 89
Entre R\$ 200 e R\$ 250	1	1,1 1	2	2,2 2	3	3,3 3	1	1,1 1	1	1,1 1	8	8,8 9
Acima de R\$ 300			2	2,2 2	3	3,3 3	1	1,1 1	1	1,1 1	7	7,7 8
Não Respondeu							1	1,1 1			1	1,1 1
Total	6	6,6 7	25	27, 78	30	33, 33	14	15, 56	15	16, 67	90	100 ,0

ANEXO L – Nível de renda atual x investimento mensal na aquisição de um PPP.

Tabela 30														
Nível de renda atual x investimento mensal na aquisição de um PPP														
Invest. Mensal na aquisição de um plano de PP	Nível de renda atual													
	Até 03 sal.M		3 a 6 sal.m		6 a 10 sal.m		10 a 15 sal.m		15 a 20 sal.m		< 20 sal.m		Total	
	Qt.	%	Qt.	%	Qt.	%	Qt.	%	Qt.	%	Qt.	%	Qt.	%
De R\$ 100 e R\$ 150	1	1,1	8	8,8	16	17,7	8	8,8	2	2,2	4	4,4	39	43,3
De R\$ 150 e R\$ 200			7	7,7	14	15,5	9	10,0	2	2,2	3	3,3	35	38,9
De R\$ 200 e R\$ 250			2	2,2	3	3,3	1	1,1	1	1,1	1	1,1	8	8,8
Acima de R\$ 300			1	1,1	3	3,3	2	2,2			1	1,1	7	7,7
Não Respondeu					1	1,1							1	1,1
Total	1	1,1	18	20,0	37	41,1	20	22,2	5	5,5	9	10,0	90	100,0